

***Língua Tétum – contributos para uma gramática e
Introdução Básica à Linguística do Português:
uma análise linguístico-textual em contexto de revisão editorial***

Carla Sofia Silva Pereira

**Relatório de Estágio de
Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística**

(abril, 2015)

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Consultoria e Revisão Linguística realizado sob a
orientação científica da Professora Doutora Matilde Gonçalves

Agradecimentos

Aos meus pais, que sempre me apoiaram e a quem devo todo o meu percurso académico. Sem o seu exemplo de determinação e coragem não teria as raízes e as asas para voar que me permitiram chegar até aqui.

À minha irmã, pela paciência que teve durante todo o processo de escrita e por ter sido sempre a minha “casa” mesmo quando estava ausente.

À minha família, principalmente à tia Cláudia e ao tio Santos, que sempre me ajudaram a superar todos os obstáculos e sempre me incentivaram a construir um futuro melhor.

Ao André, por ser o único capaz de me fazer sorrir e de tornar os meus dias mais leves depois de todo um percurso de trabalho. Não saberei agradecer o suficiente por todas as horas que perdeu a absorver os meus problemas para que a concentração e a inspiração nunca me faltassem.

Aos amigos, que sempre me acolheram no regresso ao meu Porto e sempre foram o meu porto de abrigo. Se não desisti de nada até hoje devo essa conquista àqueles que sempre caminharam ao meu lado.

À minha orientadora, Professora Doutora Matilde Gonçalves, pela paciência, disponibilidade, otimismo e apoio demonstrados em todos os momentos. Por ter exigido o melhor de mim e incentivar a minha curiosidade a cada pequeno trabalho, foi assim que evoluí.

Aos meus professores por todo o conhecimento transmitido, um “muito obrigada” será sempre pouco para aqueles que me abriram os horizontes e me mostraram que a dúvida é minha maior certeza. Um agradecimento especial à Professora Doutora Ana Maria Brito, pelo tempo que disponibilizou e ajuda que prestou para a realização deste relatório.

Às Edições Colibri, na pessoa do doutor Fernando Mão de Ferro, pela oportunidade de estágio e pelo apoio durante todo o processo de revisão das obras.

Língua Tétum – contributos para uma gramática e
Introdução Básica à Linguística do Português:
uma análise linguístico-textual em contexto de revisão editorial

Carla Sofia Silva Pereira

Resumo

Palavras-chave: revisão linguística/textual, “desvios” à norma padrão, instrumentos de normalização da língua.

A tarefa da revisão é garantir a qualidade de um texto. Qualidade essa que é assegurada por diversos fatores fundamentais, alguns dos quais abordados no presente trabalho: correção gramatical e análise textual/discursiva.

O relatório que aqui se apresenta é produto de um trabalho de revisão de duas obras que procura refletir sobre alguns problemas considerados “desviantes” relativamente à norma padrão do português e sobre questões textuais/discursivas do género prefácio.

No âmbito da correção gramatical, procurou-se apontar exemplos considerados problemáticos, extraídos das obras em questão, expor a perspetiva dos instrumentos de normalização linguística e de algumas obras de referência perante o problema encontrado e, posteriormente, indicar a proposta de revisão adotada tendo em conta o confronto entre as várias soluções fornecidas pelos referidos instrumentos ao serviço da norma linguística. Num contexto de análise textual/discursiva, foi desenvolvida uma reflexão acerca dos prefácios das obras com o objetivo de estabelecer um padrão de mecanismos que oriente o revisor na análise daquele género e facilite consequentemente o trabalho de revisão. Esta reflexão teve por base os prefácios das obras revistas e alguns prefácios selecionados, através dos quais se pôde analisar mecanismos recorrentes que permitiram posteriormente fundamentar os benefícios para a revisão.

Em linhas gerais, espera-se sobretudo dar resposta a alguns daqueles que devem ser os problemas e preocupações de um revisor, que não se esgotam contudo nas questões gramaticais e discursivas mas devem considerar todo um conjunto de fatores que envolvem o texto como objeto complexo que é.

Língua Tétum – contributos para uma gramática and
Introdução Básica à Linguística do Português:
a linguistic and textual analysis in an editorial proof-reading context

Carla Sofia Silva Pereira

Abstract

Keywords: proof-reading, linguistic problems of portuguese standard pattern, linguistic standardization instruments

It is proof-reading work aim to guarantee text quality, which is ensured by multiple fundamental factors, some of which are going to be illustrated during this report: grammar correction and textual/discursive analysis.

The report that it is presented here is the result of two books' proof-reading work that focuses on some problematic questions concerning "deviations" of standard portuguese pattern and the textual/discursive questions of the preface as genre.

In what concerns the grammar correction, it was tried to point out some problematic examples, drawn from the books in question, to show the perspective of the linguistic standardization instruments and of some of the worth-mention works regarding such problem. Also, to propose the adopted review based on the comparison of the different solutions provided by the linguistic standardization instruments. As for the textual/discursive analysis, a reflection on the books' forewords was made, in order to develop a mechanisms' pattern to guide the reviewer in the analysis of that genre and consequently to facilitate the proof-reading work. Such reflection was based on the reviewed books' forewords and other selected forewords, through which it was possible to analyze recurrent mechanisms that afterwards allowed the support of the advantages to proof-reading work.

Hopefully, this report will address some of the issues and concerns of a reviewer, which are not mere grammar and discursive questions, but a broader range of matters that address the text as the complex object it is.

Índice

I. Introdução	1
1. A entidade onde decorreu o estágio	1
2. Objetivos	2
II. Metodologia	3
1. Problemas encontrados	4
III. Alguns casos problemáticos	5
1. Concordância em género	5
1.1. Concordância com particípio passado	6
1.2. Concordância com adjetivo	7
2. Concordância em número	8
3. Concordância com sujeito composto	11
4. Regência verbal	14
5. Preposições	16
6. Harmonização verbal	17
7. Construções passivas	19
8. Realização de complemento direto em construções adjetivais complexas	20
9. Pronomes	22
10. Clíticos	24
11. Artigos	25
12. Acentuação	26
13. Pontuação	28
13.1. Vírgula	29
13.2. Parênteses	31
13.3. Ponto final	31
13.4. Dois pontos, travessões e aspas	32
14. Repetição de termos	34
15. Substituição de termos	35
16. Questões de tradução	36
17. Casos sujeitos a variação	37
18. Oscilação de grafia	39
IV. Considerações finais	42
V. Bibliografia	47
VI. Índice de quadros	50
VII. Anexos	51

1. O prefácio.....	51
2. Metodologia	53
2.1. Problemas encontrados.....	54
3. Análise dos prefácios.....	56
4. Considerações finais	70

I. Introdução

O presente relatório pretende ser o reflexo de uma análise elaborada a partir da revisão de algumas obras que decorreu durante um período de estágio nas Edições Colibri.

Incide fundamentalmente sobre os “desvios” da norma padrão encontrados nas obras e sobre uma análise textual/discursiva acerca do prefácio enquanto género.

O relatório divide-se por isso em duas partes: no domínio da correção gramatical contempla a metodologia utilizada para a análise, alguns dos problemas encontrados tendo em conta o método de trabalho adotado, uma listagem dos casos problemáticos encontrados nas obras revistas e consequente fundamentação para as propostas de revisão sugeridas. Em rigor, para cada caso apontado serão apresentados exemplos extraídos das obras, para melhor ilustrar o problema, serão formuladas as regras do português norma padrão tendo em conta o “desvio” encontrado, de acordo com os instrumentos de normalização e obras de referências consultados, e será apontada posteriormente, depois de legitimada pelas regras gramaticais contidas nestes instrumentos, a proposta de revisão; no domínio da análise textual/discursiva, é desenvolvida uma reflexão acerca do género prefácio com vista a apontar estratégias úteis no trabalho da revisão. Com efeito, através de um conjunto de regularidades encontradas na superfície do texto pretende-se estabelecer um padrão mais ou menos estável de ocorrências do género que permitam ao revisor identificar alguns parâmetros quando analisar o texto, facilitando deste modo o seu trabalho. No final do trabalho encontra-se ainda uma autorização sobre a utilização de dados das obras revistas, gentilmente assinada pelo editor.

Atendendo às partes mencionadas, começamos em primeiro lugar pela parte dedicada às questões gramaticais por ter sido o principal domínio de intervenção na revisão efetuada durante o estágio, passando posteriormente para o âmbito das questões textuais/discursivas. Importa ainda incluir nesta breve introdução uma caracterização da editora Colibri e das obras em análise, bem como alguns objetivos estabelecidos para a ação do revisor.

1. A entidade onde decorreu o estágio

O estágio curricular, no âmbito do mestrado de Consultoria e Revisão Linguística, decorreu durante cinco meses nas Edições Colibri. Na empresa, sediada em Famões (Lisboa), o responsável por este estágio, Fernando Mão de Ferro, forneceu algumas

indicações sobre o trabalho a realizar e mostrou-se sempre disponível para qualquer esclarecimento adicional. De notar que as indicações fornecidas se relacionam mais com edição de texto do que com questões linguísticas: não indentar o primeiro parágrafo que inicia a obra, uso de caneta vermelha nas correções, uniformização de tamanho e tipo de letra, sinalização das palavras que se alteram com o novo acordo ortográfico, confirmação e comparação (quando em obras de tradução) de bibliografia.

O trabalho de revisão incidiu sobre duas obras: “*Língua Tétum – contributos para uma gramática*”, de Luís Costa, e “*Introdução Básica à Linguística do Português*”, uma tradução do original em alemão de Annette Endruschat e Jürgen Schmidt-Radefeldt, realizada por António C. Franco. Relativamente à dimensão, os documentos tinham cento e vinte seis páginas e trezentas e treze páginas respetivamente.

2. Objetivos

A principal meta a atingir durante a realização do estágio foi principalmente o desenvolvimento de aptidões no âmbito do trabalho da revisão, atividade com a qual não tinha existido qualquer contacto profissional até à data, e dos conhecimentos adquiridos ao longo dos semestres anteriores através da aplicação prática de técnicas de revisão e métodos de trabalho.

O trabalho desenvolvido permitiu gradualmente desenvolver uma maior sensibilidade durante a revisão, principalmente no que diz respeito à imparcialidade perante o estilo do autor e ao método de trabalho. Em rigor, apesar de existirem algumas discordâncias relativamente a determinadas questões, por exemplo, uso excessivo de sinais de pontuação ou questões de escolha lexical, procurou-se evitar qualquer sugestão de revisão precisamente pelo facto de o uso/escolha em questão não contrariar nenhuma regra gramatical e revelar apenas um aspeto recorrente da escrita do autor e uma opção sua. Crê-se que a opinião do revisor e as suas opções de estilo, quando se revelarem impressionísticas ou não fundamentadas pelas regras do português, não devem interferir com o trabalho em causa. No entanto, nem sempre as regras que a norma dita são suficientes para dar conta da complexidade de um objeto em análise, e nestes casos as opções do revisor revelam-se fundamentais. A esfera de ação do revisor não pode limitar-se assim ao predefinido e estabelecido, pois também se reveste de alguma autonomia, embora condicionada pela escrita do autor e pela sua opinião final.

Além de este aspeto ter sido mais desenvolvido durante o contacto com as obras, também o método de trabalho se tornou mais organizado e preciso. Após uma primeira revisão das obras, era feita ainda uma segunda para verificar se existia algum “desvio” por detetar e se as propostas de revisão se adequavam na leitura posterior de todo o documento. De notar que a revisão realizada foi também facilitada pois os dois textos revistos pertenciam à mesma esfera de discurso: texto científico (gramática e introdução). A contribuição do género permitiu assim a criação de critérios para uma análise mais orientada, nomeadamente no que diz respeito ao registo de língua a ter em conta, ao tipo de estruturas/recursos utilizados e à estruturação e organização do texto em si.

II. Metodologia

As propostas de revisão apresentadas tiveram por base exemplos considerados “desviantes” ou problemáticos do ponto de vista da norma padrão do português europeu.

Os exemplos seleccionados são apenas uma amostra dos vários encontrados nas obras para um mesmo problema. Na grande maioria são apresentados exemplos das duas obras para cada problema, pois limitar a análise a uma das obras seria também excluir alguns dos casos problemáticos que podem encontrar-se apenas numa delas. Além disso, uma comparação das duas obras permitiu identificar alguns dos casos problemáticos mais recorrentes, o que serviu de base para a seleção dos casos a contemplar. Desta forma encontra-se no relatório casos em que foram recolhidos exemplos das duas obras mas também casos em que só um exemplo surgirá, precisamente por só se encontrar numa delas e por se considerar que enriquece o relatório de problemas apresentados e contribui para uma análise mais completa.

De notar que, para alguns problemas, é apontado mais do que um exemplo da mesma obra, além dos dois exemplos de comparação provenientes das duas obras (no máximo são apresentados três exemplos, no conjunto das duas obras). Nestes casos, trata-se de exemplos que ilustram o problema de forma pertinente e que são representativos dos vários contextos em que pode ocorrer.

Relativamente à fundamentação das propostas de revisão, optou-se fundamentalmente pela consulta de gramáticas de referência como a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, dos professores Celso Cunha e Lindley Cintra (1984), a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (1999, 37.^a edição revista e

ampliada), a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Mateus et al. (2003), a *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos de Azeredo (2008) e a *Gramática do Português*, de Raposo et al. (2013).

Apesar de preconizarem diferentes orientações, todas as gramáticas são consideradas obras de referência e utilizadas como ferramentas de estudo da língua.

Além destes instrumentos, foram ainda consultadas obras complementares como o *Novo Prontuário Ortográfico* (2009), de José Manuel de Castro Pinto, *Áreas Críticas da Língua Portuguesa* (1995), de João Andrade Peres e Telmo Mória, e *Instrumentos de Análise* (2000), de Inês Duarte, entre outras, pela descrição, explicação e exemplificação de problemas que muitas vezes não se encontravam nas gramáticas ou que aqui eram mais desenvolvidos.

Com base nas obras consultadas foi possível fundamentar as propostas de revisão apontadas e retirar algumas conclusões.

1. Problemas encontrados

A dimensão do relatório não permitiu uma análise exaustiva de todos os casos problemáticos encontrados durante a revisão. Fica por referir uma listagem mais completa dos “desvios” encontrados e mais exemplos dos casos aqui contemplados.

De notar ainda que nos exemplos apontados para determinado problema podem surgir lacunas que não se relacionam com o problema tratado nesse ponto. Essas lacunas não foram corrigidas no relatório por se tratar da transcrição do exemplo, não por não serem alvo de intervenção no processo de revisão.

Outra dificuldade sentida relaciona-se diretamente com as línguas envolvidas nas obras em questão. Relativamente à primeira obra, os vocábulos em tétum e as respetivas traduções não foram alvo de intervenção, na sua maioria, devido ao desconhecimento da língua. A intervenção limitou-se apenas aos casos em que foi necessária, como nos exemplos com erros ortográficos (“*Profesór loke livru hodi lee tiha “Iha dadeer triste no ksolok ne’ebá...*”: “*O professor abriu o livro e leu “Naquele triste e leda madrugada...*”). No que diz respeito ao segundo livro, o caso foi semelhante. Sem o domínio do alemão, a revisão focou-se apenas nos casos em que era realmente exigida, não intervindo a outros níveis.

Efetivamente, em alguns casos, as propostas de revisão foram também motivadas pela inexistência de uma folha de estilo ou de normas que pautassem a ação do revisor. Perante esta adversidade, o trabalho de revisão foi orientado muitas vezes pelo próprio estilo de escrita do autor (questões de uniformização – títulos, pontuação, citações, referências bibliográficas) e procurou-se adotar a “norma” que era aplicada à maior parte dos casos, uniformizando posteriormente a totalidade do texto de acordo com a maioria das suas opções.

Por fim, note-se que em alguns casos os instrumentos de normalização linguística consultados entram em contradição entre si ou apresentam uma oscilação relativamente às soluções apontadas. Isto é, para um dado problema são apresentadas por vezes duas soluções deixando ao revisor a tarefa de decidir qual a resolução a adotar perante determinado “desvio”. Nestes casos, procurou-se sobretudo adotar a perspetiva que reunia mais consenso entre os vários autores dos instrumentos consultados, assumindo assim a opção que menos margem de erro parecia acarretar, ou, dependendo do tipo de “desvio” encontrado, seguir as opções do autor em casos semelhantes e uniformizar estruturas.

III. Alguns casos problemáticos

A partir da revisão das obras disponibilizadas, foram detetados vários problemas que divergem da norma padrão do português europeu.

1. Concordância em género

Nos documentos revistos, a falta de concordância em género foi comprovada através de vários exemplos ao longo do texto. Alguns foram extraídos e estão representados no Quadro 1:

Obras revistas	Particípio/Adjetivo
“ <i>LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática</i> ”	“ <i>Para que uma língua possa constituir língua oficial de facto de um país, não basta que <u>tal</u> fique <u>determinada</u> na lei.</i> ” (p. 12)

<p><i>“Introdução Básica à Linguística do Português”</i></p>	<p><i>“Claro está que <u>cada Introdução à linguística</u> tem a sua própria perspectiva, seja a perspectiva pessoal da formação académica e dos paradigmas preferidos do(s) seu(s) autor(es), seja a perspectiva dos seus estudantes e leitores possíveis – e que <u>ela</u> terá as suas lacunas próprias; sem prejuízo de ser <u>acertado</u>, <u>conciso</u> e <u>baseado</u> numa terminologia linguística relevante.”</i> (p. 11)</p>
--	---

Quadro 1 – Problemas de concordância em género

1.1. Concordância com participípio passado

Se analisarmos o primeiro exemplo (*“Para que uma língua possa constituir língua oficial de facto de um país, não basta que tal fique determinada na lei.”*), verificamos que o participípio passado do verbo *determinar*¹ não concorda em género com “*tal*”, equivalente a um pronome demonstrativo invariável² (isto, isso, aquilo), que vai neste contexto recuperar informação da oração subordinada final (*“Para que uma língua possa constituir língua oficial de facto de um país”*). Importa referir que, se na oração subordinada completiva em que “*tal*” surge, existisse um nome feminino ou algum contexto específico que remetesse para uma entidade feminina, não existiria qualquer problema de concordância (*Não basta que tal situação fique determinada na lei. / Aquela é a tal de quem te falei.*).

O facto de o participípio “*determinada*” ser uma forma verbal que varia em género e número aproxima-o dos adjetivos³, desencadeando de igual forma mecanismos de concordância relativamente ao sujeito. Em rigor, assumindo “*tal*” um valor masculino, o participípio deve surgir igualmente no masculino, concordando assim com o sujeito⁴. Neste sentido, e tendo em conta as regras de concordância da norma padrão, optou-se por alterar o género do participípio passado para o feminino.

¹ Denominado *participípio adjetival* em Raposo et al. (2013: 1478). Torna-se relevante neste contexto distinguir o participípio do verbo do adjetivo aplicando, para tal, o teste proposto por Casteleiro (1981: 84) com o auxiliar *ter* (ocorre com participípios nos tempos compostos mas não com adjetivos) e o teste da voz passiva com o auxiliar *ser* (Raposo et al., 2013: 1479). Veja-se “*A juíza tinha determinado a sentença.*”, em que o participípio não tem qualquer valor predicativo, e “*A sentença foi determinada pela juíza.*”.

² Cunha e Cintra, 1984: 341.

³ Cf. Azeredo (2008: 347), Bechara (1999: 231), Duarte (2000: 147), Mateus et al. (2003: 374), Villalva (2009), Cunha e Cintra (1984: 480), Raposo et al. (2013: 1477), Casteleiro (1981: 75).

⁴ Eliseu (2008: 72), Raposo et al. (2013: 1477).

No segundo caso apontado (“Claro está que cada Introdução à linguística tem a sua própria perspectiva, seja a perspectiva pessoal da formação acadêmica e dos paradigmas preferidos do(s) seu(s) autor(es), seja a perspectiva dos seus estudantes e leitores possíveis – e que ela terá as suas lacunas próprias; sem prejuízo de ser acertado, conciso e baseado numa terminologia linguística relevante.”) o sujeito “*cada Introdução à linguística*” é retomado pelo pronome pessoal “*ela*”, que vai desencadear a concordância relativamente aos constituintes com que mantém uma relação gramatical e que surgem na oração infinitiva.

Surgem novamente participípios, *acertado* e *baseado*⁵, que, à semelhança do primeiro exemplo, não concordam em género com o antecedente sujeito da oração (*ela*). A mesma proposta de correção foi sugerida (alteração para o feminino das forma de participípio), tendo em conta a concordância que deve existir entre participípio e sujeito, embora este esteja omissa.

1.2. Concordância com adjetivo

Além do problema de concordância com o participípio, estamos também perante um problema de concordância nominal entre o sujeito (*Introdução à linguística*) retomado pelo pronome pessoal “*ela*” e o adjetivo “*conciso*” (não corresponde a nenhum verbo em português por isso não se verifica a necessidade de testes de distinção adjetivo/participípio), predicativo do sujeito⁶.

Segundo Cunha e Cintra (1984: 252), os adjetivos flexionam em número, género e grau e manifestam uma relação de concordância com o nome, assumindo por conseguinte os seus traços gramaticais. Bechara (1999: 142-146) menciona também este elo que une “*signo delimitador*” e “*signo delimitado*” e que leva o adjetivo a concordar em género com o substantivo a que se refere. Esta relação é mencionada ainda por Mateus et al. (2003: 330) e Azeredo (2008: 169), que apontam o género e número como alterações

⁵ Aplicando o mesmo teste de Casteleiro (1981: 84) acima referido, constata-se que se trata de participípios e não de adjetivos. Veja-se “*O Pedro tinha acertado todas as respostas.*”, em que, embora neste caso se possa admitir o adjetivo “*O Pedro tinha certas (= acertadas) todas as respostas.*”, com o teste da voz passiva torna-se mais evidente a classificação como participípio – “*Todas as respostas foram acertadas (pelo Pedro).*” vs. **“Todas as respostas foram certas (pelo Pedro).*”.

O mesmo caso acontece com “*baseado*”. Veja-se “*A Maria tinha baseado a sua resposta no documentário.*” e “*As respostas foram baseadas no documentário.*”.

⁶ Veja-se o teste de substituição pelo clítico demonstrativo invariável –o proposto em Mateus et al. (2003: 292) e Bechara (1999: 428): “*...sem prejuízo de o ser.*”.

a que o adjetivo está sujeito por se encontrar interligado aos valores de género e número do nome. Em Raposo et al. (2013: 1466) o género, nos adjetivos, é designado como uma “*categoria de concordância, desencadeada na sintaxe pela combinação com um nome (...) ou com um sintagma nominal*”.

De acordo com as regras indicadas pelos instrumentos de normalização mencionados, o adjetivo “*conciso*” deveria assim concordar com o nome “*Introdução*” (retomado depois pelo pronome pessoal “*ela*”), sujeito com valor feminino. Sendo assim, foi sugerida a alteração de género por forma a preservar a concordância.

2. Concordância em número

Além de problemas de concordância em género, foram também detetados problemas de concordância em número nas duas obras revistas, nomeadamente no que diz respeito a expressões de quantidade.

Obras revistas	Expressões de quantidade
“ <i>LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática</i> ”	“ <i>A maioria das <u>pessoas</u> desconhece esta formação do plural, embora a <u>usem</u> nas letras das canções.</i> ” (p. 45)
“ <i>Introdução Básica à Linguística do Português</i> ”	“ <i>Toda a população fala crioulo como língua nacional; além disso, <u>80%</u> também <u>falam</u> português.</i> ” (p. 16)

Quadro 2 – Problemas de concordância em número

No primeiro exemplo o sujeito é constituído pela expressão “*A maioria das pessoas*” (expressão de quantidade “*A maioria*” + preposição “*de*” + artigo definido “*as*” + nome “*pessoas*”), seguida dos verbos “*desconhece*” e “*usem*”. Verifica-se aqui uma contrariedade: a expressão partitiva concorda inicialmente com o singular do primeiro verbo que a sucede (“*desconhece*”), para depois concordar com o plural do verbo seguinte (“*usem*”).

De acordo com Cunha e Cintra (1984: 496), nos casos em que o sujeito surge com uma expressão partitiva e um nome plural o verbo pode figurar no singular ou no plural.

A opção por uma alternativa ou por outra prende-se, segundo os autores, com o realce que se pretende atribuir a determinado elemento (se ao conjunto como unidade o verbo surge no singular, se aos vários elementos que compõem o conjunto o verbo surge no singular). Desconhecendo aqui a intenção do autor, esta resolução apontada deixa a tarefa de decidir ao revisor.

Na perspectiva de Bechara (1999: 557), na presença de expressões como “*a maioria de*” seguidas de um nome no plural, o verbo pode realizar a concordância no singular ou no plural. A dupla opção não é explicada pelo autor, mas pode ser entendida sob o ponto de vista semântico (entidade plural designada pelo nome) ou sintático (forma singular que constitui o núcleo do sintagma). No entanto, na sua gramática é referido que na presença de um sujeito simples cujo núcleo seja um nome que se aplique a um grupo o verbo pode figurar no plural (como por exemplo, “*O povo trabalham*”⁷, o que demonstra alguma tendência na escolha do critério mediante casos semelhantes). Para a análise do exemplo em questão a sugestão de Bechara não parece, no entanto, resolver o problema, pois ainda que se entenda o critério que parece privilegiar refere ser possível a dupla concordância.

Em Mateus et al. (2003: 365) a concordância deve estabelecer-se entre o verbo e a expressão de quantidade. Neste contexto, o verbo que surge no plural deve assumir a forma singular uma vez que a expressão partitiva é também singular (“*A maioria*”).

O mesmo ponto de vista partilha Azeredo (2008:230) ao afirmar que, na presença deste tipo de expressão, a concordância deve realizar-se com o “*núcleo sintático da construção*”, ou seja, o verbo deve figurar no singular concordando com o número do quantificador. No entanto, é salvaguardada a opção estilística, podendo a concordância ser feita com o “*núcleo referencial*” que no contexto designa um conjunto (pessoas). Neste caso, a solução adotada passaria pela realização do verbo no singular, visto o plural ser referido como uma opção estilística para este tipo de casos, o que não se aplica ao texto em concreto (de domínio científico, não sendo um exemplo apresentado para justificar qualquer tipo de uso estilístico).

Numa tentativa de explicar esta ocorrência, Eliseu (2008: 73) refere que o facto de a concordância do verbo ser feita no plural resulta de se considerar “*as pessoas*” como núcleo da expressão, manifestando este exemplo um processo de concordância *ad*

⁷ Bechara (1999: 555).

sensum. E nesse sentido, predominam os valores semânticos relativos à pessoa e número e por isso a concordância (na sua forma não-padrão) é estabelecida no plural.

Peres e Mória (1995: 473) consideram o problema uma área crítica da língua, uma vez que a concordância no plural é aceite pela comunidade linguística, que oscila entre as duas realizações (plural/singular) baseadas num critério semântico (neste caso “*peessoas*” remete para um conjunto de entidades) ou sintático (núcleo sintático do sujeito). No entanto, o sentido da expressão (critério semântico) parece não ser o único fator, para os autores, que desencadeia a concordância no plural. Associado ao sentido plural de um determinado nome vem também o facto de o respetivo nome ser realizado no plural (escolha sintática) como no exemplo aqui referido, em que para além de “*peessoas*” designar um conjunto é também um nome de valor plural. Seria possível considerar a concordância com o nome mais encaixado o motivo para o verbo surgir no plural, não fosse a concordância com o primeiro verbo ser realizada no singular (“*desconhece*”).

Tendo em conta as várias perspetivas do problema, optou-se por fazer a concordância sintática com a expressão partitiva, modificando por conseguinte o número em que surge o verbo para o singular. É necessário ter em conta que o primeiro verbo surge no singular por decisão do autor e que o segundo, embora se refira ao mesmo sujeito, pode ter resultado de uma concordância influenciada pela presença do modificador oblíquo que se segue (“*nas letras das canções*”).

Tendo por base as opções apontadas pelos vários autores, conclui-se que a expressão plural que integra o sujeito não deve afetar o número gramatical do mesmo nem a concordância que mantém com o verbo⁸, devendo esta fazer-se no singular.

Relativamente às expressões de percentagem, a concordância deve fazer-se com o termo quantificado na perspetiva de Bechara (1999: 566). Assim, se o termo que acompanha a percentagem surge no singular, o verbo deve figurar no singular, e se surge no plural, assim deve figurar também o verbo. Considerando o exemplo em questão, o verbo deveria surgir efetivamente no singular tendo em conta que o termo especificado pela percentagem assume um valor singular (“*a população*”, omissa por elipse).

⁸ Para mais considerações ver Brito (1988) sobre núcleo sintático e semântico e respetivo processo de concordância. Embora o quantificador constitua o núcleo sintático de todo o sintagma nominal, o núcleo semântico é que é o responsável pela seleção do verbo, assumindo ambos uma importância crucial. Veja-se “*Um dos livros caiu.*”, **“Um dos livros caíram.”* e **“Um dos livros morreu”* (exemplos da autora).

Em Azeredo (2008: 230), quando no sujeito está incluída uma expressão de percentagem, o verbo surge tipicamente na terceira pessoa do plural se a referida percentagem corresponder a mais de 1%. O autor sublinha que a concordância verbal pode, no entanto, realizar-se na terceira pessoa do singular se a expressão alvo da quantificação se encontrar no singular. Neste caso, não fica claro qual a opção a tomar tendo em conta que, se por um lado a percentagem ultrapassa o 1%, por outro a expressão quantificada encontra-se no singular (“a população”). Verifica-se mais uma vez uma dupla resolução que não aponta nem clarifica qual a atitude a tomar perante este tipo de casos problemáticos.

Peres e Mória (1995: 484) tecem também considerações acerca da concordância com expressões de percentagem. Considerando uma vez mais a hesitação que existe por parte dos falantes no que diz respeito à concordância, os autores apontam a forma plural do verbo como sendo a “preferida”. No exemplo em questão, a concordância no plural pode ser justificada, na sua perspetiva, pelo número que o numeral representa no seu todo (designa mais de uma entidade sujeito) ou ainda pelo nome encaixado que sucede a expressão de percentagem (aqui subentendido, designa um conjunto plural).

Neste caso, e considerando os instrumentos consultados, propôs-se que a concordância fosse realizada no singular, considerando o núcleo do sujeito gramatical (singular – opção pelo critério sintático), embora as duas formas oscilem pelos critérios já referidos (núcleo semântico, aceitabilidade).

3. Concordância com sujeito composto

Observem-se os seguintes casos:

Obras revistas	Sujeito composto
<i>“LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática”</i>	<i>“Desse domínio <u>resultou a imposição dos dato de Ué-Hali, como casta nobre e a sujeição de todos os reinos ao liurai de Ué-Hali...</u>” (p. 118)</i>
<i>“Introdução Básica à Linguística do Português”</i>	<i>“...<u>a bebida e a palavra café</u> (<árabe qaHuû, cp. Machado 1952, vol. V, 23) só <u>chegou à Europa...</u>” (p. 144)</i>

Quadro 3 - Problemas de concordância com sujeito

Os exemplos registados fazem referência à concordância com o sujeito composto, isto é, um sujeito constituído por dois ou mais sintagmas coordenados.

Essa coordenação, em ambos os casos, é feita com recurso à conjunção coordenativa *e*, que vai unir os sintagmas “*a imposição dos dato de Ué-Hali, como casta nobre*” e “*a sujeição de todos os reinos*”, assim como “*a bebida*” e “*a palavra café...*”. Na presença de um sujeito composto o verbo surge, porém, no singular (“*resultou*” e “*chegou*”). Veja-se algumas perspetivas dos instrumentos de normalização consultados sobre o problema.

Nas palavras de Cunha e Cintra (1984: 494), a regra geral aponta que, na concordância verbal com mais de um sujeito, o verbo deve surgir no plural. Relativamente à flexão em pessoa, neste exemplo específico o verbo surgirá na terceira pessoa do plural, concordando com a terceira pessoa dos sujeitos coordenados⁹. No entanto, no uso coloquial da língua, é negligenciada esta concordância e o verbo pode concordar apenas com o sujeito mais próximo. Além disso, os autores também assumem esta concordância com o sujeito mais próximo nos casos em que os sujeitos surgem pospostos ao verbo, como se verifica no exemplo extraído da obra.

Em Bechara (1999: 554), no que diz respeito ao sujeito ligado pela conjunção *e*, a concordância pode manifestar-se relativamente ao sujeito composto, surgindo o verbo no

⁹ Se os sujeitos ligados pela conjunção não surgissem na mesma pessoa, o verbo assumiria a forma plural e a pessoa que, segundo a regra, tem precedência: a primeira pessoa do plural se entre os sujeitos existisse alguma marca de primeira pessoa, a segunda pessoa do plural se entre os sujeitos figurasse a segunda pessoa (e não existisse nenhuma marca da primeira, podendo contudo surgir na terceira pessoa do plural tendo em conta o uso de *vocês/vós*) e por fim a terceira pessoa do plural na ausência de marcas de primeira e segunda pessoas.

plural (independentemente de o sujeito se encontrar anteposto ou posposto ao verbo), ou ao sujeito mais próximo, sobretudo se este surgir posposto ao verbo, e neste caso o verbo surgirá no singular¹⁰.

Na perspectiva de Mateus et al., relativamente aos casos com sujeitos nominais pós-verbais (2003: 587), a concordância pode fazer-se no plural, assemelhando-se à concordância com sujeitos antepostos¹¹. Com efeito, seguindo esta regra, no exemplo apresentado o verbo deveria então surgir na terceira pessoa do plural. No entanto, a concordância pode também manifestar-se apenas com o primeiro sintagma coordenado, num processo de *concordância parcial* (2003: 588), favorecida também pelo facto de os sintagmas coordenados surgirem na mesma pessoa verbal. A mesma opinião relativamente à concordância parcial é partilhada por Colaço (2006: 275), que tendo em conta a colocação do sujeito em posição pós-verbal (na colocação padrão a autora defende que a concordância deve realizar-se no plural) admite que a concordância pode estabelecer-se com o termo coordenado mais próximo do verbo.

Azeredo (2008: 229) aponta que o verbo deve figurar no plural quando o sujeito é constituído por “*pelo menos dois núcleos ligados pela conjunção e*”¹².

A mesma perspectiva é partilhada por Raposo et al. (2013: 1771) ao referir que quando dois sintagmas nominais no singular, com a função de sujeito, se coordenam e formam uma estrutura composta, desencadeiam a concordância no plural.

Uma possível razão para a falta de concordância que se verifica no primeiro exemplo pode ser a distância entre verbo e sujeito. No exemplo em análise, a presença de um modificador no primeiro sintagma coordenado faz com que o segundo sintagma fique

¹⁰ Relativamente à pessoa verbal: se no sujeito se verificarem marcas de primeira pessoa, o verbo surgirá na primeira pessoa do plural e na segunda pessoa do plural se existirem marcas de segunda pessoa e ausência de formas da primeira (salvaguardado o facto de poder surgir na terceira pessoa do plural devido à presença do pronome *vós/vocês*). No que diz respeito à terceira pessoa verbal, nada é referido.

¹¹ Além de o verbo surgir no plural, vai surgir na primeira pessoa quando um dos sintagmas coordenados for da primeira pessoa do singular, na segunda (ou terceira – *vós/vocês*) pessoa do plural perante marcas de segunda pessoa e na terceira pessoa do plural quando ambos os sintagmas surgirem na terceira pessoa do singular.

¹² A semelhança das outras gramáticas, afirma (2008: 228) que o verbo surge na primeira pessoa do plural se o sujeito contiver marcas de primeira pessoa, sendo representado pelo pronome *nós*, na segunda pessoa do plural se existirem marcas de segunda pessoa, podendo o sujeito ser substituído pelo pronome *vós*, e na terceira pessoa do plural se o sujeito puder ser representado pelos pronomes *eles/elas* ou *vocês*. Consultar a este propósito também Colaço (2006: 274).

mais afastado do verbo, desencadeando consequentemente a concordância do verbo com o sujeito mais próximo¹³.

Já no segundo caso, se contemplarmos a estrutura em que se insere o sujeito composto - “...a bebida e a palavra *café* (<árabe *qaHuâ*, cp. Machado 1952, vol. V, 23) só chegou à Europa no século XVII e no português encontra-se abonada como *câhua*, pela primeira vez em 1622, numa história etíope...”, percebemos que a dado momento a construção parece referir-se apenas à palavra “*café*” e não à bebida. Efetivamente o sujeito composto parece inadequado num contexto em que só é requerida a presença de um dos membros coordenados.

Apesar da discrepância encontrada nos vários autores, a proposta de correção adotada foi a alteração de número do verbo para o plural. Em rigor, perante as várias respostas dos instrumentos de normalização, optou-se por seguir, para o primeiro exemplo, a regra aplicada à concordância com o sujeito composto na colocação padrão, em que o verbo surge no plural. De notar que parece ser a resolução que gera mais consenso entre os vários autores consultados, dado que nem todos abordam a questão da concordância do sujeito composto em posição pós-nominal. Relativamente ao segundo caso, a solução adotada foi igualmente a alteração do valor do verbo para o plural, mas com uma alteração na construção. Com efeito, na segunda oração coordenada, depois do constituinte “no português”, foi inserido o sujeito “a palavra” (a estrutura final ficaria então “no português a palavra encontra-se abonada como...”). Seria possível remover o primeiro membro coordenado do sujeito composto “a bebida”, mas isso implicaria alterar um aspeto do conteúdo do texto. Considerou-se mais sensato corrigir a estrutura e deixar assim ao autor o papel de decidir sobre a versão final relativamente ao conteúdo do texto.

4. Regência verbal

No âmbito da regência verbal foram detetados também alguns problemas, nomeadamente no que diz respeito à existência de uma preposição não seleccionada pelo verbo ou à ausência da preposição quando é exigida.

Obras revistas	Verbos
----------------	--------

¹³ Cf. Peres e Mória, 1995: 454.

<p>“<i>LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática</i>”</p>	<p>“<i>Os ditongos podem ser considerados <u>em</u> orais ou nasais, conforme a natureza...</i>” (p. 25)</p>
---	--

Quadro 4 - Problemas de regência verbal

O problema encontrado diz respeito à regência do verbo *considerar*.

Estamos perante uma perífrase verbal complexa¹⁴ (contém mais do que um verbo auxiliar - *poder*¹⁵ e *ser*, surgindo posteriormente o verbo pleno - *considerar*, denominado *particípio passivo*, selecionado pelo verbo *ser*, que concorda em género e número com o sujeito da oração passiva¹⁶).

Numa perífrase verbal, a seleção dos argumentos cabe ao verbo pleno¹⁷, neste caso ao verbo *considerar*. Tendo em conta a seleção categorial do verbo, a preposição *em* não pode ser aceite neste contexto pois para introduzir um sintagma preposicional o verbo seleciona a preposição *sobre*, não se encontrando a preposição *em* nas possibilidades, neste exemplo em específico, de regência verbal¹⁸. No exemplo em questão, o verbo *considerar* introduz o predicativo do sujeito (“*orais e nasais*”), que na forma ativa da frase corresponde ao predicativo do complemento direto, atendendo à seleção categorial dos verbos transitivos-predicativos¹⁹ (“Pode-se considerar os ditongos *orais ou nasais*”, admitindo a substituição pelo advérbio *assim* – “Pode-se considerar os ditongos *assim*”, de acordo com Bechara, 1999: 430).

Neste contexto, a proposta de revisão passou pela supressão da preposição que não era aceitável na estrutura.

¹⁴ Terminologia de Raposo et al., 2013: 1225.

¹⁵ Considerado semiauxiliar em Raposo et al. (2013: 1255) e Mateus et al. (2003: 634). Auxiliar em Cunha e Cintra (1984: 385) e Bechara (1999: 563).

¹⁶ Cf. Raposo et al. (2013: 1227), Cunha e Cintra (1984: 383), Mateus et al. (2003: 522).

¹⁷ Cf. Raposo et al., 2013: 1226.

¹⁸ A não ser através de contração com artigo, como consta no *Dicionário Gramatical de Verbos Portugueses* (Casteleiro, 2007:198): “*O presente obrigou-o a considerar nos traumas do passado.*”

¹⁹ Cp. também Mateus et al. (2003: 298), Raposo et al. (2013: 1295), Azeredo (2008: 219), Bechara (1999: 429) e Gonçalves (1999: 66-67) sobre construções de elevação em predicados complexos.

5. Preposições

A análise das obras permitiu registrar a troca de preposições e simultaneamente a falta delas em determinadas construções.

Obras revistas	Preposições
<i>“LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática”</i>	<i>“Pode-se também usar a palavra amak (macho) <u>a</u> vegetais que...” (p. 43)</i>
<i>“Introdução Básica à Linguística do Português”</i>	<i>“Para regular os conflitos entre as potências coloniais, Portugal e Espanha, o papa Alexandre estabeleceu, <u>em</u> 4 de Maio de 1493, uma linha...” (p. 25)</i>

Quadro 5 - Problemas na colocação de preposições

Atente-se então nos exemplos apresentados.

No primeiro caso trata-se da preposição *a*, que ocorre num contexto em que seria de esperar a preposição *para*. Segundo Cunha e Cintra (1984: 558-567), a preposição *a* indica geralmente movimento, direção/chegada a um limite²⁰, enquanto a preposição *para* se revela mais específica, indicando também, além da tendência para um limite/direção, uma finalidade e perspectiva²¹. Com efeito, o que se pretende indicar no contexto é precisamente a finalidade para a qual a palavra é usada e, neste sentido, a preposição *para* serve melhor o propósito do autor²².

No segundo caso o problema prende-se com o uso da preposição *em*.

Apesar de a preposição permitir demarcar um determinado ponto no tempo (“Na segunda-feira os meus pais voltam de França”, por exemplo), existe outra preposição que se revela mais adequada neste contexto²³. De acordo com Raposo et al. (2013: 1547)²⁴, a

²⁰ De notar que esta preposição, em Bechara (1999: 307), pode também exprimir fim/destino (“...apresentaram-se a falar ao imperador”).

²¹ Em Bechara (1999: 317), é reiterado várias vezes o seu uso para “fim, destinação”.

²² Cp. também valores das duas preposições em Raposo et al., 2013: 1550-1554.

²³ De acordo com Bechara (1999: 299), a preposição “em” traduz uma “situação mais imprecisa”.

²⁴ Cp. também Bechara (1999: 315).

preposição *em* permite localizar uma situação em intervalos de tempo como “*dias da semana, meses, estações no ano e períodos festivos*”. A preposição indicada para expressar o valor temporal de minutos, horas e partes do dia é *a*²⁵, que permite desta forma precisar mais explicitamente o intervalo de tempo de que se fala. Matos (1999: 360-361) refere que as duas preposições permitem localizar temporalmente a situação mas lembra que a “*se especializa na referência pontual não durativa, contrastando com aquelas preposições (como em ou durante) cuja referência exige a consideração de intervalos de tempo com duração*”.

Neste caso, a proposta de correção consistiu na alteração da preposição *em* pela preposição *a*, visto esta última se mostrar mais adequada ao exemplo em questão que localiza um determinado ponto no tempo.

6. Harmonização verbal

A harmonização do tempo verbal (coesão temporal) é um fator relevante no domínio da coesão textual²⁶, uma vez que permite organizar e gerir a informação contida no texto e contribuir para uma melhor compreensão por parte do falante.

Obras revistas	Tempos verbais
“ <i>LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática</i> ”	“ <i>É terceira vez que ele <u>veio</u> à sua procura.</i> ” (p. 57)
“ <i>Introdução Básica à Linguística do Português</i> ”	“ <i>...Saussure <u>faz</u> a distinção entre duas ordens de fenómenos relativos à língua (...) ao mesmo tempo que <u>deu</u> ênfase ao primeiro aspecto...</i> ” (p. 61)

Quadro 6 - Problemas de coesão temporal

A coesão temporal é um dos aspetos que contribui para a qualidade do texto.

²⁵ Cf. Raposo et al. (2013: 1552), Bechara (1999: 307), Mateus et al. (2003: 396).

²⁶ Cf. Mateus et al. (2003: 109), Raposo et al. (2013: 1694).

Partindo deste pressuposto, no quadro estão representados dois exemplos problemáticos que, devido a determinada utilização de tempo verbal, prejudicam a sequencialização das referidas passagens.

No primeiro caso, a oração é iniciada com o presente do indicativo do verbo *ser* e, na oração completiva que se segue, surge o pretérito perfeito do indicativo do verbo *vir*. Considerando as interpretações possíveis, se a entidade designada através do pronome pessoal “*ele*” já veio a determinado local (pretérito perfeito), significa que foi a terceira vez que alguém reparou na sua presença e constatou o facto (uso possível da forma verbal de 3.^a pessoa do pretérito perfeito “*foi*”, em substituição da forma do presente “*É*”, que denota o término de uma ação²⁷, isto é, alguém veio, alguém reparou na vinda dessa entidade, que entretanto já foi embora, e depois de reparar comenta com alguém). No entanto, se alguém repara, no momento presente da enunciação, que a mesma entidade surge pela terceira vez à procura de outrem, pode dizer-se então que essa entidade vem novamente, está a chegar nesse momento (uso da forma verbal de 3.^a pessoa do presente “*vem*”, que traduz neste contexto o relato direto de uma situação²⁸). De notar que, para além de um relato direto de uma situação, o presente pode ser também utilizado para descrever uma situação anterior ao momento da enunciação²⁹ (por exemplo, vizinhas que comentam, depois de a referida entidade ir embora do local onde foi procurar outrem, “*É a terceira vez que ele vem à sua procura e não está ninguém em casa.*”). É possível, pois, optar pelo presente ou pelo pretérito perfeito e obter a mesma interpretação, desde que se conjuguem os dois verbos no mesmo tempo gramatical. Como proposta de correção sugeriu-se o uso do presente, modificando a forma verbal “*veio*” para “*vem*”, para dar primazia à primeira escolha de tempo verbal do autor.

O segundo exemplo prende-se novamente com o uso do presente e pretérito perfeito do indicativo.

Assumindo que o uso do presente pretende expressar uma ação passada³⁰, não há razão que justifique posteriormente a substituição desse presente com valor de passado pelo pretérito perfeito se o objetivo é exprimir a mesma noção temporal. Por outro lado,

²⁷ Situação anterior ao momento da enunciação que terminou, Raposo et al. (2013: 517), Mateus et al. (2003: 156), Bechara (1999: 278), Azeredo (2008: 359).

²⁸ Cf. Mateus et al. (2003: 154), Raposo et al. (2013: 516), Bechara (1999: 276), Azeredo (2008: 358).

²⁹ Denominado *presente histórico* em Raposo et al. (2013: 517), Mateus et al. (2003: 155), Bechara (1999: 276).

³⁰ Tendo em conta a entidade de quem se fala.

a alteração da primeira forma verbal para o pretérito perfeito também não se justifica, visto esta já expressar o valor de passado relativamente ao momento da enunciação.

Desta forma, tendo em conta que o primeiro tempo utilizado é o presente, a revisão intervém no sentido de uniformizar o uso desse tempo na estrutura modificando assim a forma verbal “*deu*” para “*dá*”, já que também neste caso o autor deu primazia ao uso do presente. De notar ainda que para esta uniformização temporal contribui também a expressão “*ao mesmo tempo*”, que indica a simultaneidade da ação (ambas referentes a um passado tendo em conta o momento da enunciação, trata-se do já referido *presente histórico*).

7. Construções passivas

A seleção do verbo, em determinados contextos, deve ter em conta algumas restrições mediante a estrutura em que se insere.

Obras revistas	Passivas sintáticas
<i>“Introdução Básica à Linguística do Português”</i>	<i>“Essa monografia <u>foi reflectida</u> e redigida na Alemanha...” (p. 11)</i>

Quadro 7 - Problemas na construção de passivas sintáticas

No quadro acima é possível verificar um exemplo de uma frase passiva malformada. Deve-se esta malformação à seleção categorial do verbo que, no exemplo em causa, não pode ocorrer.

As passivas sintáticas caracterizam-se, entre outros fatores, por exigir formas de verbos transitivos (verbos de dois lugares – seleccionam um argumento externo e um argumento interno com a função de complemento direto) ou ditransitivos (verbos de dois ou três lugares – seleccionam um argumento externo e dois argumentos internos com a função de complemento direto e complemento indireto respetivamente)³¹.

Apesar de *reflectir* ser um verbo de dois lugares (como se vê através de estruturas como “O espelho reflete a imagem...”, “O rosto reflete a decepção sentida...”), não é aceitável neste contexto devido ao significado que se pretende atribuir na estrutura em

³¹ Mateus et al. (2003: 529), Raposo (2013: 435), Cunha e Cintra (1984: 383).

causa. Isto é, se acrescentarmos um agente à frase (*“Essa monografia foi reflectida pelo Pedro na Alemanha”) e em seguida compararmos a mesma frase com a sua forma ativa (*“O Pedro refletiu essa monografia na Alemanha”), constatamos que o significado do verbo aqui envolvido não é o de “*meditar, pensar*”, apesar de ser essa a intenção, mas o de “*transparecer, revelar, exprimir*”³². Quando o verbo *refletir* seleciona um argumento interno com a função de complemento direto exprime, além de outros significados, “*transparecer, revelar, exprimir*” (“*Os olhos dela reflectiam a sua decepção.*”³³). No entanto, para exprimir a interpretação requerida pelo contexto (“*meditar, pensar*”), o verbo deve selecionar um argumento introduzido por preposição (“O Pedro refletiu sobre essa monografia na Alemanha”, “A Maria refletiu na proposta.”), um argumento interno oblíquo, o que não acontece no exemplo em questão³⁴ tornando-o assim agramatical.

Tendo em conta que o agente não está expresso na frase e que é necessária uma alteração verbal pois a inserção de proposição neste contexto não é possível, a proposta de revisão baseou-se na substituição do verbo em questão pelo verbo *pensar*, no sentido de “*reflectir sobre, ponderar*”³⁵. Com efeito, *pensar* preenche os requisitos da construção passiva (verbo transitivo) e consegue simultaneamente expressar o significado pretendido (“O Pedro pensou essa monografia/o exercício/o que fazer...na Alemanha.”), constituindo assim uma solução viável (“Essa monografia foi pensada na Alemanha.”).

8. Realização de complemento direto em construções adjetivais complexas³⁶

Considere-se o exemplo no quadro e atente-se na realização do pronome clítico.

Obras revistas	Complemento direto
“ <i>LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática</i> ”	“ <i>As palavras em tétum (...) não são fáceis de classificá-las quanto ao género e número.</i> ” (p. 15)

Quadro 8 - Problemas com a realização do complemento direto

³² Aceções extraídas do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2003: 3123).

³³ Exemplo extraído *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2003: 3123).

³⁴ Através de testes sintáticos aplicados à forma ativa da frase prova-se facilmente que não estamos perante um complemento oblíquo: *O Pedro refletiu-a na Alemanha., *O que é que o Pedro refletiu na Alemanha? Essa monografia.

³⁵ Aceções extraídas do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2003: 3123).

³⁶ Termo de Mateus et al. (2003: 635), também designada construção com elevação de objeto.

Como se pode observar pelo exemplo apontado, verifica-se que o pronome clítico “*las*” não é necessário na oração completiva selecionada pelo adjetivo “*fáceis*”.

Estamos, contudo, perante uma estrutura que não reúne consenso entre os autores, mas apenas no que diz respeito à terminologia que designa este tipo de construção. Enquanto alguns especialistas falam de uma estrutura de elevação de objeto, outros preferem apelidar o fenómeno de apagamento de objeto³⁷.

Se nos orientarmos pela primeira opção, estrutura de elevação de objeto³⁸, verificamos que o constituinte “*As palavras em tétum...*” é movido da estrutura encaixada (completiva de adjetivo) para sujeito da estrutura matriz, desencadeando assim a concordância com verbo e predicativo do sujeito. Este constituinte, sujeito da frase matriz, é argumento interno do verbo da frase encaixada (complemento direto), cujo sujeito tem interpretação arbitrária³⁹ (“Classificar as palavras em tétum (...) não é fácil ...”). Já na segunda opção não se verifica qualquer movimento de constituintes, mantendo o SN que desempenha a função de sujeito na frase matriz (“*As palavras em tétum...*”, argumento externo na oração copulativa) uma relação de correferência com o SN complemento direto do verbo da frase encaixada (que não se realiza na estrutura). Segundo Móia (1991: 260), seria um tipo de construção de controlo com apagamento do objeto.

Não é relevante aqui discutir as duas opções de classificação da estrutura mas antes orientar a análise para a realização do constituinte objeto direto na oração encaixada através do pronome “*las*”.

Trata-se de uma “*estratégia resumptiva*”⁴⁰ em que o pronome constitui um vestígio do constituinte elevado. A sua realização pode dever-se à extensão da construção em que se insere (“*As palavras em tétum, além de depender muito da situação e do contexto em que se encontram falante e ouvinte, não são fáceis de classificá-las quanto ao género e número.*”), que por ser muito longa torna mais difícil recuperar a informação do antecedente⁴¹ motivando assim, na perspetiva do autor, a existência de um vestígio.

³⁷ Móia (1991: 257).

³⁸ Cf. Peres e Móia (1995: 257), Mateus et al. (2003: 635).

³⁹ Cp. Mateus (2003: 635).

⁴⁰ Idem, 2003: 667.

⁴¹ Quanto maior for a distância entre o constituinte e a sua posição de origem, mais fácil se torna este duplo preenchimento (Peres e Móia, 1995: 306-307).

Efetivamente, em substituição do vestígio deveria existir uma categoria vazia pois o argumento do verbo não é realizado foneticamente e é interpretado como semanticamente dependente do sujeito da oração matriz. Por outras palavras, trata-se de uma ligação de elementos em que a interpretação do elemento vazio⁴² se encontra fixada pela expressão lexical que o antecede.

Tendo em conta estas considerações e admitindo que a realização do vestígio é motivada apenas pela extensão da estrutura, propôs-se a supressão do pronome em causa.

9. Pronomes

À semelhança do que acontece com as preposições, também no domínio dos pronomes é necessário intervir.

Obras revistas	Pronomes
<i>“LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática”</i>	<i>“A língua (...) tem que estar ao serviço da cultura de um povo real e concreto, portanto tem que ser (...) continuadora da língua falada pela comunidade e deve (...) aproximar-se dela, a fim de enraizar sobre bases seguras e vivas.” (p. 120)</i>
<i>“Introdução Básica à Linguística do Português”</i>	<i>“Monjour (2008) refere o arabismo arroba, uma unidade de peso de cerca de 15 kg (dos anos de 1188-1230), ressurgiu no séc. XX, agora para designar o sinal gráfico informático...” (p. 43)</i>

Quadro 9 - Problemas na colocação de pronomes

No primeiro exemplo apresentado, ao observar a oração infinitiva no final da frase identificamos de imediato um vazio na estrutura argumental do verbo *enraizar*. Como verbo transitivo, *enraizar* seleciona um argumento externo para desempenhar a função de

⁴² Argumento vazio ligado, em Peres e Móia (1995: 47).

sujeito e um argumento interno direto (por exemplo, “O jardineiro conseguiu enraizar a trepadeira.”). No entanto, na construção em questão o verbo deveria apresentar-se como reflexo⁴³, necessitando por isso de realizar o argumento interno (tema) sob a forma do clítico *se* (“A língua enraíza-se/de se enraizar...”). Este comportamento aparentemente monoargumental⁴⁴ advém da afinidade que os verbos reflexos manifestam com os verbos de alternância causativa-incoativa⁴⁵ (“A trepadeira enraizou...”) e com as orações médias caracterizadoras⁴⁶ (“As trepadeiras enraízam facilmente...”). Foi essa afinidade que levou o autor do texto a não usar aqui o reflexo. Mas não havendo na frase um contexto propício nem para o uso da construção incoativa nem para o uso da construção média caracterizadora, a alternativa parece ser a construção reflexa. Note-se ainda o uso de um complemento preposicional “*sobre bases seguras e vivas*”, um tipo de complemento que frequentemente surge na construção reflexa.

A proposta de correção consistiu deste modo no acrescento do pronome, suprimindo assim a ausência do argumento.

Relativamente ao segundo exemplo, uma leitura atenta da frase indicará a ausência da conjunção ou pronome relativo *que*, uma vez que a frase pode incluir uma oração subordinada completiva (“*Monjour (2008) refere **que** o arabismo arroba, uma unidade de peso de cerca de 15 kg (dos anos de 1188-1230), ressurgiu no séc. XX...*”) ou uma oração subordinada relativa (“*Monjour (2008) refere o arabismo arroba, uma unidade de peso de cerca de 15 kg (dos anos de 1188-1230), **que** ressurgiu no séc. XX, agora para designar...*”).

Numa estrutura deste tipo, no caso de inserção de mais um verbo depois do objeto (como é o caso, excluindo a expressão apositiva), é necessário existir um elemento que estabeleça a ligação entre orações. Na correção foi proposta a oração relativa, pois a passagem em questão dá continuidade a uma enumeração de termos (“*Numerosas palavras árabes continuam a ser vocabulário fundamental português: ... álcool, cifra, zénite. Monjour (2008) refere o arabismo arroba...*”), sendo relevante indicar mais um

⁴³ Embora diferente dos verdadeiros reflexos como “lavar-se, vestir-se” e dos reflexos inerentes como “lembrar-se, esquecer-se”.

⁴⁴ Raposo et al., 2013: 450.

⁴⁵ Raposo et al., 2013: 451. Alternância causativa/não causativa na terminologia de Mateus et al (2003: 305). Verbos de predicação dupla em Azeredo (2008: 222).

⁴⁶ Raposo et al., 2013: 456. *Voz média* em Azeredo (2008: 277) e *construções médias* em Mateus et al (2003: 536-538).

termo mencionado por outro autor (Monjour) e não introduzir a opinião de um autor sobre um termo ao qual não se faz menção na enumeração anterior.

Considerando agora uma oração relativa, é necessário introduzir o pronome relativo antes do verbo (“*ressurgiu*”) de modo a dar continuidade ao comentário feito por Monjour acerca do termo anteposto.

10. Clíticos

No que diz respeito à posição dos pronomes clíticos, foram igualmente detetados “desvios”.

Obras revistas	Posição proclítica
“ <i>LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática</i> ”	“ <i>As vogais graficamente dobradas representam vogais longas e, neste alongamento, a vogal <u>se</u> <u>vai</u> progressivamente abrandando e fechando.</i> ” (p. 25)
“ <i>Introdução Básica à Linguística do Português</i> ”	“ <i>Na região fronteiriça <u>se</u> <u>fala</u> castelhano.</i> ” (p. 14)

Quadro 10 – Problemas de colocação de clíticos

Os pronomes clíticos podem ocorrer em próclise, ênclise ou mesóclise (antes, depois ou no interior de um designado item lexical). Relativamente à sua colocação numa estrutura frásica, ocorrem em adjacência a uma forma verbal, sendo a forma padrão de colocação na variedade do português europeu a ênclise⁴⁷.

Nos exemplos recolhidos os pronomes ocorrem em próclise sem que exista alguma razão que o justifique⁴⁸. Segundo Raposo et al. (2013: 2241), a próclise ocorre quando o verbo é precedido por sujeitos quantificados (Muitas pessoas o falam na região fronteiriça.), expressões de negação (...não se fala castelhano.), *advérbios focalizadores*

⁴⁷ Sendo que a próclise ocorre mediante determinados fatores sintático-semânticos ou prosódicos (Mateus et al., 2003: 850). Cf. Cunha e Cintra (1984: 310), Eliseu (2008: 128). Raposo et al. defende que a ordem padrão no português é a próclise (tendo em conta a aceção mais abrangente de clítico, 2013: 2232).

⁴⁸ Apesar de Raposo et al. referir a próclise como ordem de colocação na norma padrão, neste contexto defende o uso da ênclise (oração principal afirmativa declarativa, 2013: 2239).

e *ênfazedores* ou outro tipo de estruturas de foco (“*Lá me está ele a rosnar.*”, “*Sempre o vejo zangado.*”, “*Nas pernas se fiava ele.*”), *declarativas enfáticas* (“*Pois te garanto que é assim.*”), *interrogativas*, *exclamativas qu-* e *imperativas com que* (“*Quem te disse?*, *Como me enervas quando falas disso!*”), *interrogativas retóricas com “acaso”* (“*Acaso te julgas a salvo?*”) e ainda com “*próprio*” (“*Eu próprio lhe dei a notícia.*”) ⁴⁹.

Nenhum dos exemplos apresentados motiva, pois, a ocorrência de próclise, uma vez que não se verificam elementos *proclisadores*⁵⁰. Tendo em conta que a mesóclise ocorre apenas em contextos de uso do condicional e do futuro⁵¹, a ordem de colocação dos clíticos neste caso seria então a ênclise. A proposta de correção passa por mover o clítico para depois do verbo, respeitando assim a ordem enclítica típica nestas construções.

11. Artigos

Apenas numa obra foram detetados casos problemáticos que envolvem a colocação de artigos. A revisão intervém aqui não só para corrigir aquele que é um uso incorreto do artigo mas também por questões de uniformização de estruturas.

Obras revistas	Artigos
“ <i>LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática</i> ”	“ <i>Temporais: Introduzem oração que exprime o tempo da realização do facto expresso na oração principal.</i> ” (p. 77)
“ <i>LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática</i> ”	“ <i>Sintaxe é a parte da gramática que estuda os constituintes da frase e sua ordenação.</i> ” (p.83)

Quadro 11 – Problemas na colocação de artigo

⁴⁹ Sobre os fatores que desencadeiam a ordem proclítica ver também Mateus et al. (2003: 853-856), que acrescenta ainda à lista algumas conjunções correlativas, constituintes relativos com *qu-*, preposições, e faz a distinção entre quantificadores que desencadeiam ou não a próclise. Cp. ainda Cunha e Cintra (1984: 311).

⁵⁰ Mateus et al., 2003: 853. Ou *atratores de próclise*.

⁵¹ Cunha e Cintra (1984: 310), Mateus et al. (2003: 865), Raposo et al. (2013: 2240).

No primeiro exemplo estamos perante a ausência de um artigo indefinido enquanto no segundo se trata de um caso de uniformização da estrutura.

Começando pelo primeiro, verifica-se que o constituinte “*oração que exprime o tempo da realização...*” é o objeto direto da oração⁵² que, como se pode verificar através da realização de testes sintáticos⁵³, neste exemplo é introduzido pelo artigo indefinido “*uma*”. A seleção do artigo indefinido deve-se ao facto de este apresentar uma leitura não específica⁵⁴, isto é, não designar uma oração específica no contexto mas qualquer uma possível entre aquelas que fazem parte do conjunto das orações subordinadas temporais. A inserção do artigo indefinido parece, nesta perspetiva, a opção mais acertada tendo em conta que a interpretação com recurso a definidos, neste contexto, pode dar a entender uma leitura específica, o que não é a intenção do autor (que indica vários exemplos de orações).

No segundo exemplo, encontram-se na oração relativa restritiva dois sintagmas nominais coordenados (“*os constituintes da frase e sua ordenação*”). No entanto, o último membro coordenado não é introduzido por artigo, o que origina a falta de uniformização na estrutura por comparação ao primeiro membro. A inserção do artigo definido *a* foi a solução proposta para preservar a uniformização tendo em conta o uso do artigo definido *os* no primeiro sintagma coordenado.

12. Acentuação

No domínio da acentuação, dos principais exemplos registados os mais problemáticos são os advérbios.

12.1. Advérbios

No quadro abaixo são apresentados dois exemplos de advérbios que não deveriam ser acentuados graficamente.

Obras revistas	Acento agudo
----------------	--------------

⁵² Sendo *introduzir* um verbo transitivo direto.

⁵³ Pronominalização – “*Introduzem-na*”, pergunta-resposta – “*O que é que as temporais introduzem? Uma oração...*”, testes extraídos de Mateus et al. (2003: 288).

⁵⁴ Raposo et al. (2013: 839), Cunha e Cintra (1983: 207), Azeredo (2008: 179), Mateus et al. (2003: 224), Bosque e Demonte (1999: 838).

<i>“LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática”</i>	<i>“vivem na <u>regiao</u> de...” (p. 14)</i>
<i>“LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática”</i>	<i>“...torna-se <u>dificil</u> falar...” (p. 98)</i>
<i>“Introdução Básica à Linguística do Português”</i>	<i>“as primeiras descrições <u>grãmaticais</u>...” (p. 51)</i>
<i>“Introdução Básica à Linguística do Português”</i>	<i>“...na <u>pródução</u> dos sons.” (p. 75)</i>

Quadro 13 - Problemas na colocação do acento e til

Nos casos em que surgem estas pequenas lacunas, basta consultar um dicionário para perceber que no nome “*regiao*” falta um sinal gráfico, o til, o mesmo que no terceiro exemplo é colocado quando não está associado de forma alguma ao adjetivo em questão (“*grãmaticais*”).

O mesmo acontece nos restantes exemplos. No adjetivo “*dificil*” deveria ser colocado um acento agudo na penúltima sílaba (“*difícil*”), enquanto no nome “*produção*” este não deveria existir.

Estes casos são facilmente corrigíveis dado que basta suprimir ou acrescentar o sinal gráfico em questão dependendo do exemplo, o que facilita a proposta de revisão apontada que se limitou a esta intervenção.

13. Pontuação

Relativamente à pontuação, foram detetados casos em que não foi corretamente aplicada, violando regras básicas da língua.

13.1. Vírgula

13.1.1. Separação do sujeito e predicado

Exemplos em que a vírgula separa o sujeito do predicado foram recolhidos nas duas obras analisadas.

Obras revistas	Separação do sujeito e predicado
<i>“LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática”</i>	<i>“Na escrita, a frase entre parêntesis, é iniciada com minúsculas.” (p. 35)</i>
<i>“LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática”</i>	<i>“Até ao fim do Séc. XVII a documentação era escassa, por isso se tornou difícil, reconstituir a História de Timor até essa altura.” (p. 115)</i>
<i>“Introdução Básica à Linguística do Português”</i>	<i>“...e, no decorrer do texto, os advérbios terminados em –mente, aparecem grafados de modo abreviado.” (p. 46)</i>

Quadro 14 – Problemas na colocação de vírgula entre sujeito e predicado

Nem todos os instrumentos de normalização da língua tecem considerações sobre o uso da pontuação. No entanto, aqueles que o fazem e que foram alvo de consulta não oferecem dúvidas quanto à sua perspetiva sobre o problema existente.

Cunha e Cintra (1984: 645) referem que os termos essenciais de uma oração, e por termos essenciais entenda-se sujeito e predicado segundo os autores, não podem ser separados por vírgula. Também Duarte (2000: 402) encara o uso da vírgula entre sujeito e predicado como uma proibição das regras de pontuação do português contemporâneo.

Já Azeredo (2008: 520) recorre à exemplificação para demonstrar que a vírgula não deve ser colocada na fronteira entre o sujeito e o seu predicado.

Também o *Novo Prontuário Ortográfico* (2009: 119)⁵⁷ faz questão de chamar a atenção para este uso incorreto da vírgula, que não deve nunca separar os constituintes em questão.

⁵⁷ De José M. de Castro Pinto.

Tendo em conta a perspectiva dos instrumentos consultados, o uso de vírgula no primeiro e terceiro exemplos que isola o sujeito é terminantemente proibido.

Repare-se ainda no segundo exemplo, em que a oração subordinada completiva de adjetivo é separada pelo sinal de pontuação. Segundo Cunha e Cintra (1984: 646) o uso do sinal neste contexto também “*não é admissível*”, à semelhança do caso anterior.

Neste contexto, a resolução adotada passou simplesmente pela supressão do sinal de pontuação, dado que violava as regras da língua devido à sua colocação na frase.

13.1.2. Separação de complemento

Além da separação de sujeito e predicado, também foram encontrados exemplos em que o complemento do verbo é separado pelo sinal gráfico.

Obras revistas	Separação do complemento verbal
<i>“LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática”</i>	<i>“Quando se pretende frisar proximidade, emprega-se “mai” na expressão – ida ne’e mai: este, esse.” (p. 52)</i>
<i>“Introdução Básica à Linguística do Português”</i>	<i>“Ao contrário do dicionário de Cardoso, não se trata apenas de um dicionário de equivalências, uma vez que...” (p. 52)</i>

Quadro 15 – Problemas na colocação da vírgula entre verbo e complemento

Citando Cunha e Cintra (1984: 645), “*os termos essenciais e integrantes da oração ligam-se uns com os outros sem pausa; não podem, assim, ser separados por vírgula*”. Tendo em conta que, no sentido dos autores, termos essenciais dizem respeito ao sujeito e predicado e termos integrantes ao complemento do nome e complementos verbais, depreende-se assim que a vírgula, nos exemplos em questão, não foi colocada corretamente. Com efeito, o sinal de pontuação separa um complemento oblíquo do predicado da frase e por isso foi sugerido, na proposta de revisão, que a vírgula em questão

fosse retirada. Além disso, nas palavras de Cunha e Cintra (1984: 646), separar uma oração subordinada completiva da oração matriz não é aceitável.

13.2. Parênteses

Além da vírgula, outras lacunas envolvendo diferentes sinais de pontuação foram registadas. No quadro abaixo apresenta-se o caso dos parênteses.

Obras revistas	Parênteses
<i>“LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática”</i>	<i>“p (p) – oclusiva bilabial surda (parti, perdua, ospitál, kopu, polisia, como em ‘peixe, espadarte’.” (p. 27)</i>
<i>“Introdução Básica à Linguística do Português”</i>	<i>“...da mesma maneira (homógrafas) (antigo: esse...)” (p. 96)</i>

Quadro 16 – Problemas na colocação de parênteses

Relativamente aos parênteses, foram verificados casos em que faltava um dos sinais ou casos em que foram aplicados desnecessariamente. Se no primeiro exemplo falta um parêntese depois da aspa final para isolar a expressão, no segundo os sinais primam pelo excesso, surgindo em duas expressões seguidas no texto.

Enquanto no primeiro caso a proposta de correção foi simplesmente acrescentar o sinal, no segundo optou-se por sugerir a vírgula (poderia também ser o travessão) em substituição dos dois parênteses no meio das expressões, pois tendo em conta que se trata de expressões isoladas, seguidas na frase, pode incluir-se o conteúdo do segundo grupo no primeiro mantendo-o da mesma forma separado por outro sinal que cumpre a mesma função⁵⁸, evitando assim o excesso de parênteses.

13.3. Ponto final

Relativamente ao ponto final, são apontados três contextos em que o seu uso é requerido e em que este não foi aplicado no entanto.

⁵⁸ Consultar Cunha e Cintra (1984: 660) e também Azeredo (2008: 525).

Obras revistas	Ponto final
<i>“LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática”</i>	<i>“O ordinal primeiro (1º) forma-se...”</i> (p. 57)
<i>“LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática”</i>	<i>“Ivanjelyu – Evangelho; Julyu – Julho; Enjinyeru – Engenheiro; Junyo – Junho”</i> (p. 123)
<i>“Introdução Básica à Linguística do Português”</i>	<i>“...António Franco (U Porto) que...”</i> (p. 12)

Quadro 17 - Problemas na colocação de ponto final

No primeiro exemplo encontra-se um suposto numeral ordinal mas sem o ponto que o segue habitualmente (só não se confundindo com graus - temperatura - devido ao contexto em que surge), no segundo encontra-se uma enumeração que deveria terminar com ponto final⁵⁹ (indicando assim o final da mesma) mas também aqui não foi colocado, e por fim observa-se uma forma abreviada (que designa uma entidade) novamente sem a presença do ponto que fornece esta indicação⁶⁰.

Assim sendo, para todos os contextos em que foi registada a falta de ponto final foi sugerida a sua colocação na proposta de revisão.

13.4. Dois pontos, travessões e aspas

Por serem exemplos isolados de determinado sinal de pontuação que só se encontraram num exemplar das duas obras revistas, foram agrupados no quadro 8 exemplos problemáticos relativos aos dois pontos, travessões e aspas.

Obras revistas	Dois pontos, travessões, aspas
----------------	--------------------------------

⁵⁹ Cp. contextos de uso do ponto final em Cunha e Cintra (1984: 647).

⁶⁰ Cf. Cunha e Cintra (1984: 647). Em Bechara (1999: 106) designa-se “ponto abreviativo” quando colocado depois da palavra abreviada.

<p><i>“LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática”</i></p>	<p><i>“...esses verbos podem ser: Aposto: é o termo que se usa para explicar ou explicitar outro termo de natureza substantiva: Tiu, apai nia alin, to’o ohin hosi Same: O tio, irmão...” (p. 21)</i></p>
<p><i>“Introdução Básica à Linguística do Português”</i></p>	<p><i>“Em busca de tesouros _ouro e diamantes _, marcharam...” (p. 21)</i></p>
<p><i>“Introdução Básica à Linguística do Português”</i></p>	<p><i>“RADIUS ‘vara’, ‘raio (de uma roda)’, ‘raio (luminoso)’...” (p. 40)</i></p>

Quadro 18 - Problemas na colocação de dois pontos, travessões e aspas

No primeiro exemplo verifica-se um uso excessivo dos dois pontos que cria um encadeamento passível de ser representado também por outros sinais⁶¹, evitando-se desta forma uma repetição constante dos mesmos sinais de pontuação. Sugeriu-se portanto, em conformidade com as análises de fragmentos anteriores ao excerto em questão e com vista à uniformização do corpo do texto, alterar a segunda ocorrência de dois pontos para travessão e colocar um ponto final na terceira ocorrência. Visto que depois surge um exemplo, a sua separação da definição não traz qualquer prejuízo à interpretação.

No segundo caso verifica-se um excesso no uso dos travessões, pelo que foi sugerida a supressão do último por não ser necessário imediatamente antes de outro sinal de pontuação⁶², dado que este serve já para isolar a expressão em questão.

E no último exemplo observa-se a ausência de uma aspa na última aceção da palavra que deve ser acrescentada para isolar a expressão e uniformizar a estrutura tendo em conta os exemplos das aceções anteriores, surgindo neste sentido a proposta de revisão.

⁶¹ Cp. contextos em que os dois pontos ocorrem em Cunha e Cintra (1984: 650-651). Em Azeredo (2008: 523) também são enumerados alguns contextos de uso partilhados por outros sinais de pontuação (por exemplo, à semelhança dos dois pontos, também o travessão ou os parênteses podem ser usados para “especificação, comprovação ou detalhamento de uma informação”).

⁶² Segundo Azeredo (2008: 525), o travessão serve, entre outros usos, para “delimitar um adendo, um comentário, uma ponderação que se intercala no discurso”. Cp. também Cunha e Cintra (1984: 663).

14. Repetição de termos

A repetição, apesar de ser um recurso que permite manter a coesão textual, quando usada em excesso reduz a informatividade associada ao texto e torna-se desnecessária.

Obras revistas	Expressões repetidas
<i>“LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática”</i>	<i>“ela <u>tem que ser capaz de responder a todas as necessidades de comunicação</u> dessa sociedade: <u>tem que ser o veículo de toda a informação</u>, (...) <u>ser língua de ensino</u>, <u>tem que ser capaz de responder a todas as necessidades da sociedade</u>.” (p. 12)</i>
<i>“Introdução Básica à Linguística do Português”</i>	<i>“...a lexicografia e a lexicologia portuguesas recorrem a este dicionário, <u>que</u> tomou por base como corpus os “bons autores” e o português da corte, <u>que</u> enriqueceu o trabalho lexicográfico através de muitas considerações teóricas e práticas do autor, <u>que</u> colocou a língua castelhana, como irmã de igual valor (...), a par da portuguesa, <u>que</u> tomou em conta palavras das mais diversas variedade e sectores de actividade – e <u>que</u> também sofreu fortes críticas.” (p. 157)</i>

Quadro 19 - Problemas de repetição de termos

Os casos apresentados contemplam repetições desnecessárias do ponto de vista da revisão e por isso foram propostas soluções de correção, tendo em conta os diferentes casos presentes nos exemplos supra citados.

No primeiro caso temos a repetição integral da expressão “*tem que ser capaz de responder a todas as necessidades*”. Considera-se que, neste exemplo, a repetição não

acrescenta qualquer informação ao conteúdo veiculado e por isso deve ser removida da oração⁶³.

O segundo caso diz respeito à excessiva repetição do pronome relativo *que*. Nas duas primeiras vezes em que surge refere-se ao dicionário em questão, mas na terceira ocorrência parece referir-se ao autor (antecedente mais próximo). Tendo em conta estes dois antecedentes já introduzidos, as ocorrências que se seguem dão origem a uma interpretação ambígua, pois podem referir-se ao autor ou ao dicionário.

Atendendo à ambiguidade e dimensão da estrutura⁶⁴, sugeriu-se a construção de estruturas mais reduzidas para eliminar a referência difusa ao antecedente e fornecer ao leitor uma interpretação mais clara, sem recurso a inferências. Tendo em conta os antecedentes expressos, apenas o autor pode esclarecer a que se refere o pronome nas várias orações relativas que construiu.

15. Substituição de termos

Para além da repetição de termos, também foram encontrados alguns para os quais foi sugerida uma substituição.

Obras revistas	Termos a substituir
<i>“LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática”</i>	<i>“Para formar as dezenas emprega-se o numeral <u>mais</u> a palavra “nulu”...” (p. 55)</i>
<i>“Introdução Básica à Linguística do Português”</i>	<i>“...enquanto essa Introdução <u>aporta</u> informações estrangeiras sobre o modo de investigar...” (p. 11)</i>

Quadro 20 - Problemas com termos

⁶³ Atendendo também ao princípio da economia da linguagem e às máximas da quantidade (*“Make your contribution as informative as is required...”*, *“Do not make your contribution more informative than is required.”*) e de modo (*“Avoid obscurity of expression.”*, *“Avoid ambiguity.”*, *“Be brief (avoid unnecessary prolixity).”*, *“Be orderly.”*) de Grice (1975: 45-46).

⁶⁴ Possível no português graças à criatividade do conhecimento linguístico/recursividade da língua, que permite ao falante com um número finito de elementos criar um número infinito de estruturas através da constante aplicação de determinadas regras de combinação associadas a esses elementos (Duarte, 2000: 45).

No primeiro caso encontramos o advérbio de quantidade “*mais*” para indicar a adição de um elemento ao numeral, isto é, com o mesmo significado da preposição *com*. No entanto, neste contexto (escrita científica), o uso do advérbio não é adequado visto estar mais conotado com um tipo de linguagem coloquial. Os registos de língua assumem uma importância crucial neste domínio discursivo, visto não ser aceite qualquer tipo de registo tendo em conta também o género que o convoca.

Opções de substituição do termo seriam a preposição *com* ou o uso do particípio passado (“*seguido da palavra...*”, “*acompanhado da palavra...*”).

Já no segundo caso o problema não se prende com o registo utilizado mas com questões de tradução possivelmente. O verbo “*aportar*” em português designa “*conduzir (embarcação) ao porto; encaminhar ou levar a algum lugar; entrar, chegar; chegar ao porto*”⁶⁵ e, tendo em conta o exemplo citado, crê-se que o autor tenciona informar que a *Introdução* acrescenta/traz informações estrangeiras, o que não corresponde da melhor forma à informação veiculada pelo verbo que escolheu. Neste caso, foi sugerida a substituição do termo por um correspondente em português que permitisse uma interpretação mais clara na língua (acrescenta, traz...).

16. Questões de tradução

Além de termos que exigiam intervenção, outros foram encontrados que não existem no português.

Obras revistas	Expressões ambíguas
“ <i>Introdução Básica à Linguística do Português</i> ”	“ <i>extradicticamente</i> ” “ <i>intradicticamente</i> ”, (p. 69), “ <i>ingelividade</i> ” (p. 143), “ <i>monoperspectívica</i> ” (p. 202).

Quadro 21 - Problemas de tradução

⁶⁵ Cf. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa, 1999:169.

Os termos apontados não surgem em nenhum dos dicionários da língua portuguesa consultados e nem através do recurso à internet foram encontrados em qualquer contexto. Provavelmente tratar-se-á de uma tradução demasiado próxima da língua de origem, neste caso do alemão (tendo em conta que a obra é uma tradução para o português de um original da língua alemã). Nestes casos, a sugestão do revisor passa por substituir a palavra em questão por um termo existente na língua de origem.

A partir da dedução do significado de cada termo no universo do discurso, é possível apontar algumas opções. Assim, os termos “*extradicticamente*” e “*intradicticamente*” (“*A indicação cénica do 1.º acto localiza o cenário extradicticamente*” (“*A residência paroquial de Aldeia Velha*”), *depois intradicticamente* (“*Uma sala espaçosa do primeiro andar...*”) poderiam ser substituídos por “exteriormente/no exterior” e “interiormente/no interior” respetivamente, “*ingelividade*” é dado como exemplo de “*recriação por decalque semântico*”, de maneira que não é possível inferir do contexto um significado ou termo equivalente⁶⁶, e “*monoperspectívica*” (“*...entram aqui em jogo fórmulas idiomatizadas de cortesia e tácticas verbalizadas de dissimulação, que iludem qualquer tipologia monoperspectívica de actos de fala.*”), neste contexto, poderia ser substituído por “*unilateral*”. A revisão atribui aqui alguma margem de manobra ao revisor, ainda que a última decisão não seja sua.

17. Casos sujeitos a variação

Foram ainda detetados casos que admitem variação e por isso necessitam de especial atenção por parte do revisor na medida em que, apesar de serem aceites pelos falantes, podem não o ser por parte dos instrumentos de normalização linguística.

Obras revistas	Casos sujeitos a variação
“ <i>LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática</i> ”	“ <i>A língua, que pretende ser normativa, <u>tem que</u> estar ao serviço da cultura...</i> ”, (p. 120) vs. “ <i>Os empréstimos <u>têm de</u> enquadrar-se...</i> ” (p. 123)

⁶⁶ Os exemplos surgem numa lista apenas com palavras isoladas, sem qualquer contexto associado.

“Introdução Básica à Linguística do Português”	“o falante <u>tem de ter</u> realmente a intenção...” (p. 197) vs. “isso já se <u>tem</u> <u>que</u> pagar...” (p. 189)
“LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática”	“a mulher é mais <u>baixa</u> <u>que</u> o homem.” (p. 44)
“Introdução Básica à Linguística do Português”	“sendo falado por manifestamente <u>mais</u> pessoas <u>que</u> o francês...” (p. 13)
“Introdução Básica à Linguística do Português”	“ <u>tem</u> (os) <u>a ver</u> não só com o plano...” (p. 240)

Quadro 22 – Casos que admitem variação

No primeiro caso trata-se da variação entre “*ter que/ter de*”.

Atendendo ao exemplo citado, estamos perante um caso que ativa a modalidade deôntica na medida em que “*ter de*” é invocado para expressar uma obrigatoriedade.

De acordo com Bechara (1999: 232), os verbos auxiliares modais combinam-se com o infinitivo de outro verbo para expressar necessidade, obrigação, dever (neste caso, “*ter de*” + infinitivo). No entanto, o autor refere que “*mais modernamente*” se opta pelo uso de “*ter que*” seguido de infinitivo. Na mesma linha se situa Azeredo (2008: 203) ao referir que a noção de obrigação pode ser expressa através de “*ter de*” ou “*ter que*”.

Em Cunha e Cintra (1984: 393), esta obrigatoriedade é expressa pelo recurso ao verbo auxiliar “*ter*” seguido da preposição “*de*” e infinitivo de determinado verbo⁶⁷. Assim se posiciona também Mateus et al. (2003: 249) ao referir que a obrigação é expressa por “*ter de*”, verbo modal que se constrói com outro verbo no infinitivo (neste caso “*estar*”).

Por último, nas palavras de Raposo et al. (2013: 1227), o auxiliar “*ter*” com sentido modal pode reger a preposição “*de*” e a conjunção “*que*”, embora se refira que esta última é tida como “*menos correta*” pela norma padrão do português.

⁶⁷ “*Tenho de fazer exercícios*”. (1984: 393).

Apesar da variação que se regista, a maioria dos autores parece apontar a construção com “*ter de*” como a mais correta, pelo que se deve uniformizar o seu uso no texto em questão.

No segundo estamos perante uma variação do grau comparativo de superioridade (“*mais...do que/mais...que*”).

Cunha e Cintra (1984: 257) mostram esta variação ao afirmar que o comparativo de superioridade se forma através do advérbio “*mais*” e a conjunção “*que*” ou “*do que*”⁶⁸. Em Bechara (1999: 148) o grau comparativo de superioridade é dado por “*mais...que*” ou “*mais...do que*”, sendo a primeira opção a privilegiada no exemplo referido⁶⁹. Também em Mateus et al. (2003: 390) este grau resulta da junção do advérbio quantificador “*mais*” a “*um segundo termo que/do que SN*”⁷⁰. Segundo Raposo et al. (2013: 2152), o comparativo de superioridade pode formar-se com o recurso a “*do que*” ou “*que*”, mas deve ter em conta algumas restrições. Assim, na comparação estabelecida entre frases usa-se “*do que*” e na comparação entre sintagmas é possível optar por qualquer uma das formas⁷¹.

O último caso registado prende-se com a oscilação que se verifica entre “*ter a ver/ter que ver*”. Ambas são possíveis no português e traduzem o mesmo sentido⁷², por isso usar uma ou outra não acarreta, neste contexto pelo menos, qualquer alteração de significado.

Tendo em conta a variação apresentada não há qualquer intervenção a realizar, visto ambas serem possíveis no português.

18. Oscilação de grafia

O último ponto recai sobre a oscilação da grafia ao longo dos textos.

Obras revistas	Consoante muda/hífen
----------------	----------------------

⁶⁸ Como exemplos apresentam “*Pedro é mais idoso do que Carlos.*” e “*João é mais nervoso que desatento.*” (1984: 257).

⁶⁹ “*O rapaz é mais cuidadoso que (ou do que) os outros.*”, cf. Bechara (1999: 148).

⁷⁰ Também aqui o exemplo dado surge primeiramente com recurso a “*que*”: “*O Luís é mais inteligente que/do que o João.*” (2003: 390).

⁷¹ “*O temporal chegou mais depressa do que se esperava*” vs. “*O Paulo chegou mais depressa do que/qu eu.*” (exemplos de Raposo et al., 2013: 2152).

⁷² Cf. “*t. a ver com I ter relação com; dizer respeito a, ligar-se a (...) t. que ver I ter relação com; reportar-se, ligar-se, ter a ver*” (excerto do verbete do verbo “*ter*”, retirado do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 2003: 3494-3495).

<p><i>“LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática”</i></p>	<p><i>“objecto indirecto”</i> (p. 5) vs. <i>“objeto indireto”</i> (p. 21), <i>“acção”</i> (p. 18) vs. <i>“ação”</i> (p. 70)</p>
<p><i>“Introdução Básica à Linguística do Português”</i></p>	<p><i>“co-texto”</i> (p. 55) vs. <i>“cotexto”</i> (p. 228), <i>“luso-falante”</i> (p. 107) vs. <i>“lusofalante”</i> (p. 108)</p>

Quadro 23 - Problemas de dupla grafia

No que diz respeito a estes casos, e tendo em consideração o acordo ortográfico em vigor, foram sublinhadas as expressões que se apresentavam de acordo com a antiga grafia, pois não havia nenhuma instrução por parte do autor.

Desta forma, segundo o novo acordo, *“o c (..) das sequências interiores cc (...), cç e ct”* elimina-se nos casos em que é *“invariavelmente mudo nas pronúncias cultas da língua: ação, acionar, afetivo (...)”*⁷³, e, relativamente ao uso do hífen, este é suprimido *“nas formações com o prefixo co-”*⁷⁴ e aglutina-se com o segundo elemento mesmo quando este começa por *“o”* (*“coobrigação, coocupante...”*). Observa-se ao longo do texto, contudo, casos em que o autor segue a nova grafia mas também casos nos quais são encontrados vestígios do antigo acordo. A revisão, como acima foi referido, passou por sublinhar as ocorrências que estão de acordo com a antiga grafia para que o autor pudesse uniformizar o uso pretendido numa versão final.

Já no que diz respeito a luso-falante, a oscilação que se verifica é um caso mais problemático. O novo acordo reitera que se deve empregar o hífen *“nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação e cujos elementos, de natureza nominal, adjetival, numeral ou verbal, constituem uma unidade sintagmática e semântica e mantêm acento próprio, podendo dar-se o caso de o primeiro elemento estar reduzido”*⁷⁵. Luso-falante parece encaixar-se na regra mas confirmando palavras

⁷³ Excerto retirado do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, Base IV, alínea 1.º, ponto b) (p. 9), disponibilizado em www.portoeditora.pt/acordo-ortografico.

⁷⁴ Idem, Base XVI, alínea 1.º, ponto b) (p. 28).

⁷⁵ Idem, Base XV, alínea 1.º (p. 26).

semelhantes no dicionário⁷⁶ encontra-se, além de luso-africano, luso-brasileiro e luso-castelhano, lusodescendente. Como se justifica então a regra perante usos distintos? E que solução adotar relativamente à palavra?

A opção final recai sempre sobre o autor, mas caso este adote o novo acordo deve uniformizar todas as palavras tendo em conta a nova grafia, pois esta parece ser uma lacuna do próprio sistema e é preferível, nesta ótica, manter todo o documento uniforme mantendo assim a palavra de acordo com o uso preconizado pela regra.

⁷⁶ *Dicionário da Língua Portuguesa* (2014) da Porto Editora, já com o novo acordo ortográfico. O dicionário não contempla esta palavra, por isso são mencionadas palavras compostas semelhantes. Em dicionários online (www.priberam.pt) a palavra surge sem hífen.

IV. Considerações finais

Em jeito de conclusão importa pois refletir sobre as dificuldades sentidas e as estratégias e métodos mais eficazes no contexto da revisão adquiridos.

O relatório que aqui se apresenta procurou sobretudo espelhar alguns dos principais problemas encontrados nas duas obras e tratá-los de acordo com os instrumentos de normalização da língua portuguesa.

No entanto, esse tratamento nem sempre se revelou uma tarefa fácil, pois os instrumentos que deviam pautar e descrever os usos da língua entram muitas vezes em contradição entre si ou não dão conta do problema em questão. A tarefa do revisor não se limita por isso a refletir a norma padrão de apenas um instrumento, pois esta mesma norma encontra diversas e diferentes descrições consoante o instrumento de normalização adotado para a correção de “desvios”. Este é também um dos motivos que levou à inclusão de várias gramáticas e de algumas obras de referência neste trabalho, algumas das quais citadas na introdução.

Se há porventura pontos em que os instrumentos concordam e as soluções apontadas são consensuais entre os autores, também há aqueles em que o confronto é evidente. Veja-se a título de exemplo o caso do sujeito composto, em que há autores que defendem a concordância plural com o sujeito e outros que admitem a concordância com o membro coordenado mais próximo do verbo.

Perante a dificuldade de encontrar nestes instrumentos uma solução única e que permita sugerir uma correção inequívoca perante determinado “desvio”, crê-se que o revisor deve seguir o uso descrito pela maioria dos instrumentos, aquele que reúne mais consenso, e por isso se pautar por vários, não se limitando a apenas uma referência. O critério da maioria, entenda-se o mais consensual, pode não ser sinónimo, contudo, de uma perspetiva mais acertada, mas é aquele que parece acarretar menos margem de erro, sendo necessário ter em conta a ausência de uma autoridade de referência única e inequívoca para o português. Neste contexto, a falta de uma entidade que seja encarada como dominante para descrever os usos da norma, à semelhança do que acontece com a Real Academia Española do nosso país vizinho, leva a que vários instrumentos considerados de referência sejam consultados, o que conduz posteriormente ao problema de saber qual a solução a adotar quando várias gramáticas apontam soluções diferentes para um mesmo problema. Cabe aqui ao revisor a opção de escolher qual instrumento

seguir, mas acredita-se que uma solução partilhada por vários instrumentos permite reunir mais argumentos em torno do problema para o justificar do que optar por apenas um instrumento que consagre apenas uma solução. Além disso, é necessário conhecer também a orientação das gramáticas escolhidas (descritiva/normativa) e em função dessa orientação encontrar um equilíbrio que não dite uma opção prescritiva sem ter em consideração o uso da língua por todos falantes que compõem a comunidade linguística.

Se por um lado foram consideradas gramáticas com traços normativos, também as gramáticas com pendor descritivo foram incluídas na explicação dos casos “desviantes” encontrados. A *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1984), apesar de se assumir como uma “*tentativa de descrição do português*” (1984: XIV), demonstra um carácter nitidamente normativo, recorrendo a exemplos de escritores consagrados para ilustrar os usos e àquilo que consideram a “*forma culta*” (1984: XIV) da língua, assim como a *Moderna Gramática Portuguesa* (1999), que adota uma “*visão sadia da gramática normativa*” (1999: 20), e a *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (2008), que apesar de referir que “*o enfoque adotado é essencialmente descritivo*” não esconde a sua orientação normativa (“*sem prejuízo (...) de considerações de ordem normativa*”) e os exemplos, na sua maioria, do considerado “*uso culto*” do português do Brasil (2008: 26-27). Destes difere a perspetiva adotada pela *Gramática da Língua Portuguesa* (2003), que se afirma como obra de pendor descritivo (2003: 15) e assume claramente que não pretende ser um instrumento de normalização (2003: 17), e pela *Gramática do Português* (2013), que afirma desde a primeira linha da introdução procurar descrever a língua padrão e dar conta da sua heterogeneidade e multiplicidade de usos, enquadrando-se por isso numa perspetiva “*estritamente descritiva, e não normativa*” (2013: XXV-XXVI). Não se optou por nenhuma em particular para resolver determinado caso, pois todas foram consultadas para todos os casos apontados. Se há problemas que não apresentam aqui a perspetiva de todas as gramáticas consultadas, isso deve-se pois ao facto de o problema em questão não estar contemplado nesses instrumentos. Nunca se excluiu nenhuma das gramáticas por se considerar que uma ilustraria melhor do que outra determinado assunto, procurou-se antes, como atrás referido, o equilíbrio entre todas pois escolher uma gramática para cada problema relativo a cada disciplina (Sintaxe, Semântica, ...) seria deixar de lado considerações que podem ajudar a fundamentar o problema ou que podem tratar o problema como variação da língua, não constituindo então um verdadeiro problema do ponto de vista de determinado autor.

Além da questão das múltiplas autoridades linguísticas na norma padrão, o facto de uma das obras ser uma tradução de alemão e a outra ter expressões de outra língua constituiu também uma dificuldade. Relativamente ao caso da tradução, a revisão deve sempre ter em conta o texto original e partir dele para poder comparar e corrigir eventuais disparidades encontradas na obra traduzida que não transmitam o significado pretendido na obra original, por exemplo. Não dominar neste caso a língua alemã foi sem dúvida um aspeto que não favoreceu a revisão, pois se em algum momento houve deturpação de determinado aspeto relativamente à obra original não existe essa consciência no revisor por não dominar a língua de partida, e o mesmo se aplica aos exemplos em tétum encontrados na primeira obra.

É de destacar ainda a organização metódica e estratégica de várias etapas no contexto da revisão que este trabalho permitiu desenvolver:

1.^a fase: Assinalar as estruturas “desviantes” durante o processo de leitura da obra;

2.^a fase: Identificar o problema e diagnosticá-lo através da revisão da literatura;

3.^a fase: Justificar o problema através dos instrumentos encontrados e verificar se de facto é um problema na língua, isto é, se não se trata apenas de casos que admitem oscilação (“*mais...que/mais...do que*”, por exemplo) ou de casos possíveis devido também a um possível uso literário (“*Andou por sobre o mar.*”, exemplo recolhido de uma das obras revistas);

4.^a fase: Apontar a proposta de correção adotada tendo por base a justificação recolhida nos instrumentos consultados ou sugerir propostas nos casos em que é possível mais do que uma opção de correção;

5.^a fase: Rever a estrutura com a proposta de correção e verificar se de facto é a mais adequada para o caso em questão.

Desta forma, revelou-se de mais fácil execução a revisão das duas obras que motivou o presente relatório.

Existe ainda a consciência de que as correções e sugestões apontadas podem não ser aceites pelo autor de cada obra, pois a língua é um objeto vivo, maleável, que admite variação e por isso também várias opções de escolha para a construção de uma estrutura. Não se pretendeu de forma alguma fixar um uso ou prescrever determinada correção, mas

antes diagnosticar e sugerir para que a escolha do autor não fosse condicionada ou este fosse forçado a aceitar determinada proposta.

A estrutura do relatório, nomeadamente a enumeração de problemas, não obedeceu a nenhuma ordem em particular. Os casos problemáticos não foram divididos pelas áreas a que dizem respeito (problemas de ordem sintática, problemas de ordem semântica...) por se prezar uma interdisciplinaridade e se considerar que alguns problemas dizem respeito a mais do que uma área. Esta divisão, apesar de esclarecer o leitor relativamente à origem do problema, não pareceu necessária, além da limitação de espaço que importa não esquecer.

Em anexo consta ainda uma importante reflexão sobre o prefácio, fruto de uma análise textual/discursiva.

A necessidade desta reflexão justifica-se por permitir uma revisão mais completa, uma revisão que não se esgota na procura do “desvio” gramatical mas que também tem em consideração questões textuais/discursivas atendendo à função primeira que o texto desempenha (agir sobre a realidade). Procurou-se sobretudo estabelecer um padrão de marcadores de género que orientasse o revisor na análise de determinado texto, embora se tenha noção de que o género é uma categoria maleável e não um objeto estático, rígido.

Efetivamente foi possível estabelecer um conjunto de mecanismos estáveis, isto é, mais ou menos presentes nos textos em análise, o que possibilitou posteriormente identificar parâmetros possíveis daquele género e classificar um modelo mais prototípico do género. De notar mais uma vez que, não sendo o género uma categoria rígida, é possível encontrar exemplos materializados que não apresentem um ou outro parâmetro mencionado (senão todos). Esta breve reflexão constitui no entanto um ponto de partida para um aprofundamento da questão, dado que muito ficou por dizer e não foi possível, considerando aquilo que deve ser um relatório, fazê-lo aqui.

Como se pode concluir, a revisão resulta de uma interação de vários planos de análise que envolvem várias etapas. No trabalho realizado, isto é, nas duas obras revistas, a intervenção centrou-se sobretudo em questões estritamente linguísticas pois os problemas gramaticais encontrados surgiram em maior número do que os problemas discursivos (apenas se verificou um problema de adequação de registo). No entanto, é possível intervir de forma mais notória no plano discursivo se forem detetados problemas

que o motivem. A ação do revisor não se limita, de modo algum, às questões gramaticais puras.

Apesar de a análise linguística dominar o plano principal, muitos problemas ficam ainda por tratar mas crê-se que o número abordado demonstra a importância do papel do revisor para a qualidade da versão definitiva de um texto. Tão importante que é um processo em constante construção e por isso um relatório será sempre insuficiente para dar conta de todo o trabalho a desenvolver. Como diria John Irving, “*half my life is an act of revision*”.

V. Bibliografia

- Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Disponibilizado em www.portoeditora.pt/acordo-ortografico.
- Azeredo, J. C. 2008. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha.(37.^a ed.)
- Bechara, E. 1999. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- Bosque, I. & Demonte, V. 1999. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa.
- Brito, A. M. B. 1988. *Construções Quantitativas e Partitivas: um esboço de análise sintáctica*. Porto: Estudo para Discussão apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto como prova complementar em Linguística Portuguesa.
- Bronckart, J. 1996. Les types de discours. In: *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme socio-discursif*. Paris: Delachaux et Niestlé, 137-218.
- Casteleiro, M. J. 1981. *Sintaxe transformacional do adjetivo*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Colaço, M. 2006. *Concordância parcial no interior de constituintes nominais em Português Europeu*. In: Actas do XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 273-284.
- Coutinho, M. A. D. C. 1999 (2003). *Texto (s) e Competência Textual*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em Linguística apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Coutinho, A. & Miranda, F. 2009. To describe textual genres: problems and strategies. In: Ch. Bazerman *et al.* (orgs.). *Genre in a Changing World. Perspectives on Writing*. Fort Collins, Colorado: The WAC Clearinghouse and Parlor Press, 35-55. (acedido em março, 2015: www.wac.colostate.edu/books/genre/).

Cunha, C. & Cintra, L. 1984. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições Sá.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. 2001. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, Verbo.

Dicionário da Língua Portuguesa. 2014. Porto: Porto Editora.

Dicionário Gramatical de Verbos Portugueses. 2007. Lisboa: Texto Editores. (dir.: Casteleiro, J. M.)

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 2003. Lisboa: Temas e Debates.

Dicionário de Verbos. 2011. Porto: Porto Editora

Duarte, I. 2000. *Língua Portuguesa – Instrumentos de análise*. Lisboa: Universidade Aberta.

Eliseu, A. 2008. *Sintaxe do Português*. Lisboa: Caminho.

Gonçalves, A.. 1999. *Predicados complexos verbais em contextos de infinitivo não preposicionado do português europeu*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Grice, H.-P. 1945. Logic and Conversation. In: P. Cole *et al.* (eds.). *Syntax and semantics 3: Speech acts*. New York: Academic Press, 41-58. (retirado de <http://www.ucl.ac.uk/lis/studypacks/Grice-Logic.pdf>).

Mateus, M. H. M. *et al.* 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

Mateus, M. H. M. *et al.* 1990. *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.

Matos, S. P. F. 1999. Interpretações Temporais de Sintagmas Preposicionais. In: *Adverbiais de Tempo em Português Contemporâneo: Forma e Significação*. Porto: Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras do Porto.

Móia, T. 1991. *Proposta de revisão da “elevação de objecto” no quadro da teoria da regência e da ligação*. In: Actas do VII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.

Neves, D. R. C. C. 1994. *Do estatuto do prefácio*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em Linguística apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa. 1999. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (3.^a ed.)

Silva, P. N. 2011. *Parâmetros e Marcadores do Género “Dissertação de Mestrado”*: *Análise de um Corpus do Português Europeu*. (acedido em março, 2015: www.academia.edu/11487806/Par%C3%A2metros_e_marcadores_do_g%C3%A9nero_Disserta%C3%A7%C3%A3o_de_mestrado_an%C3%A1lise_de_um_corpus_do_portugu%C3%AAs_europeu)

Peres, J. & Móia, T. 1995. *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

Pinto, J. M. C. 2009. *Novo Prontuário Ortográfico*. Lisboa: Plátano Editora. (1.^a ed.)

Raposo, E. P. *et al.* 2013. *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (2 vol.)

Villalva, A. 2009. *A categoria ‘particípio’ e questões adjacentes*. Comunicação apresentada no VI Congresso Internacional da Abralín (João Pessoa, 2009). (acedido em fevereiro, 2015: www.clul.ul.pt/files/alina_villalva/ppassado.pdf)

VI. Índice de quadros

Quadro 1 – Problemas de concordância em gênero	6
Quadro 2 – Problemas de concordância em número	8
Quadro 3 - Problemas de concordância com sujeito	12
Quadro 4 - Problemas de regência verbal.....	15
Quadro 5 - Problemas na colocação de preposições.....	16
Quadro 6 - Problemas de coesão temporal	17
Quadro 7 - Problemas na construção de passivas sintáticas.....	19
Quadro 8 - Problemas com a realização do complemento direto	20
Quadro 9 - Problemas na colocação de pronomes.....	22
Quadro 10 – Problemas de colocação de clíticos	24
Quadro 11 – Problemas na colocação de artigo	25
Quadro 12 - Problemas na acentuação de advérbios	27
Quadro 13 - Problemas na colocação do acento e til.....	28
Quadro 14 – Problemas na colocação de vírgula entre sujeito e predicado	29
Quadro 15 – Problemas na colocação da vírgula entre verbo e complemento.....	30
Quadro 16 – Problemas na colocação de parênteses	31
Quadro 17 - Problemas na colocação de ponto final	32
Quadro 18 - Problemas na colocação de dois pontos, travessões e aspas	33
Quadro 19 - Problemas de repetição de termos	34
Quadro 20 - Problemas com termos	35
Quadro 21 - Problemas de tradução	36
Quadro 22 – Casos que admitem variação	38
Quadro 23 - Problemas de dupla grafia	40
Quadro 24 – Síntese de marcadores de gênero encontrados	72

VII. Anexos

1. O prefácio

Tendo como principal objetivo e perseguindo incessantemente a qualidade do texto, a tarefa da revisão passa não só por uma análise linguística, como já referido, mas também por uma análise textual e discursiva.

Apesar de a correção gramatical fruto de uma análise estritamente linguística permitir a boa formação, em termos gramaticais, de um texto, não é garantia suficiente da sua qualidade. Para além de um esqueleto gramatical bem fundamentado, um texto bem formado deve pautar-se pela adequação ao público a que se destina (registo de língua, que deve atender à relação entre os falantes envolvidos, às circunstâncias em que se encontram, de que forma é que essas circunstâncias alteram ou não a sua forma de comunicar e nesse caso como comunicam), pela definição de uma intenção comunicativa que chegue até ao leitor (finalidade/objetivo da mensagem veiculada) e pela organização das estruturas que o formam, que se reportam a determinado género.

Um texto bem formado deve ser, acima de tudo, um objeto comunicativo/social⁷⁷, o veículo de uma mensagem que interage com o falante, e não apenas uma sequência de estruturas gramaticalmente corretas.

Partindo do pressuposto de que o género⁷⁸, enquanto objeto abstrato, se realiza através do texto e que este assume determinadas configurações em função do primeiro, incluiu-se neste relatório uma reflexão em torno do prefácio enquanto contexto em que o texto circula.

A constituição de parâmetros deste género facilitaria a análise do texto na medida em que permitiria ao revisor prever marcas textuais específicas⁷⁹, isto é, prever o que seria mais expectável ocorrer e orientar assim a revisão.

⁷⁷ Cf. Coutinho (1999: 101) e Bronckart (1996: 137).

⁷⁸ Aqui entendido como modelo predefinido presente na memória do falante, sem fronteiras estanques (Bronckart, 1996: 138). Moldado por fatores socioculturais e pela situação que o convoca, o género evolui no tempo e realiza-se empiricamente através do texto.

⁷⁹ Coutinho (1999: 110) refere Todorov para dizer que géneros funcionam como “*horizontes de expectativa*” para os leitores. Isto é, espera-se determinado modelo e características que no entanto podem afastar-se ou aproximar-se das expectativas criadas consoante o *autor, circunstâncias de produção/receção e objetivos a atingir* (Coutinho, 1999: 112), dependendo deste modo não só de fatores linguísticos como também de fatores extralinguísticos. Cf. também Coutinho e Miranda (2009: 40) e Silva (2011: 3).

Pretende-se confirmar através de uma análise textual/discursiva se é possível estabelecer tais parâmetros, tendo em conta as marcas linguísticas presentes à superfície dos textos, e, por conseguinte, apontar neste contexto vantagens desta análise para o trabalho de revisão.

Em rigor, a análise dos prefácios das obras analisadas e de alguns prefácios selecionados têm por base o modelo de análise de Coutinho e Miranda (2009).

Apesar de as autoras partilharem a conceção de que não é possível realizar uma descrição exaustiva de determinado género, tendo em conta a complexidade que envolve e a instabilidade que lhe é inerente⁸⁰, não invalidam a possibilidade de descrever, ainda que de forma limitada, algumas características que lhe estão associadas.

Com efeito, no contexto da análise parte-se da conceção de parâmetros de género (Coutinho e Miranda, 2009: 40), entendidos neste sentido como características que o identificam mas que não são exemplares fixos, rígidos⁸¹, baseando-se apenas em previsões de ocorrências, e de mecanismos de realização textual, marcas inscritas na superfície do texto que podem ou não realizar parâmetros de género mediante a sua realização/não realização. Em rigor, é a existência de determinadas marcas que vai permitir ou não a presença de determinado parâmetro, sendo que nem todos os parâmetros têm de estar presentes na constituição do género e que um mesmo parâmetro pode ser convocado através de diferentes mecanismos de realização textual como veremos na secção seguinte (a título de exemplo, veja-se o caso da responsabilidade enunciativa que pode realizar-se através de adjetivos, do pronome “*nós*” com valor inclusivo, de expressões modais, entre outros).

Importa salientar que estas marcas à superfície do texto (mecanismos de textualização) funcionam como marcadores de género⁸² precisamente por estarem associadas a determinado género e constituírem indícios para a identificação dos parâmetros que o constituem.

⁸⁰ Coutinho e Miranda (2009: 40).

⁸¹ São fundamentalmente tendências e previsibilidades.

⁸² Coutinho e Miranda (2009: 42).

2. Metodologia

As autoras identificam de facto duas grandes classes de marcadores de género, nomeadamente os que de forma explícita catalogam o texto inserindo-o de imediato num género específico (como o título, neste caso “*prefácio*”) e aqueles que apenas através de mecanismos de realização textual revelam indícios de género⁸³ (ocorrência do pronome “*nós*” com valor inclusivo por exemplo). Para a análise em questão interessa focar nos marcadores que fornecem vestígios do género pois o rótulo “*prefácio*”, que o identifica, já é fornecido de forma explícita em todos os textos analisados. Os marcadores que permitem categorizar e organizar as marcas linguísticas dizem respeito ao tema, enunciação, composição, organização/apresentação de conteúdo, estratégia/intenção e interação textuais⁸⁴.

O ponto de partida para a análise realizada foi os prefácios das obras revistas, sendo que posteriormente foram selecionados os prefácios da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (1999:19), da *Gramática da Língua Portuguesa*, de Maria Helena Mateus et al. (2003:15) e da *Iniciação à Linguística* (1979: 7), de Christian Baylon e Paul Fabre, traduzido por Telmo Verdelho. Os primeiros foram escolhidos por serem gramáticas, à semelhança da primeira obra revista, e o último por se assemelhar mais à *Introdução Básica à Linguística do Português*, segunda obra revista.

Esta seleção foi efetuada com base nos seguintes critérios:

a) Esfera do discurso⁸⁵ – isto é, tendo em conta que nos encontramos no domínio científico, não faria sentido selecionar outros prefácios que não pertencessem ao mesmo domínio. Por isso procurou-se que os prefácios selecionados se inserissem na mesma esfera do discurso por uma questão de compatibilidade de traços e por se reportarem a uma mesma prática social. Desta forma, foram selecionados os prefácios de duas gramáticas e de uma obra de iniciação à Linguística, semelhante a uma introdução da mesma área⁸⁶;

⁸³ São exemplos destes marcadores marcas sintáticas, lexicais, entre outras (Coutinho e Miranda, 2009: 42).

⁸⁴ Coutinho e Miranda, 2009: 43.

⁸⁵ Discurso, segundo Coutinho (2003:106), aqui entendido como “*prática linguística codificada que se liga a uma prática social*”.

⁸⁶ Seria interessante neste aspeto comparar prefácios de várias áreas disciplinares e saber até que ponto essas diferentes áreas não trazem para o texto determinadas marcas textuais. Mas para isso seria necessário comparar os prefácios selecionados com prefácios de outras disciplinas, o que não constitui o objetivo desta reflexão.

b) A dimensão – considerando já as diferentes dimensões dos prefácios das obras revistas, a seleção baseou-se em prefácios com dimensões semelhantes. Prefácios mais longos ou mais curtos apresentariam um número diferente de recursos suscetíveis de análise e por isso as conclusões não se apoiariam numa base tão fidedigna devido à comparação de objetos de diferentes dimensões. Com efeito, o prefácio da *Moderna Gramática Portuguesa* de Bechara (1999: 19) e o da *Iniciação à Linguística* (1979:7) de Baylon e Fabre têm duas páginas e o da *Gramática da Língua Portuguesa* de Mateus et al. (2003: 15) tem três. Comparando com o prefácio das obras revistas (*LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática*: quatro páginas, *Introdução Básica à Linguística do Português*: duas páginas), considera-se semelhante a dimensão dos prefácios selecionados, dois com duas páginas e o outro estabelecendo um equilíbrio nas três páginas;

c) A autoria – desempenha ainda um papel fundamental neste género a autoria⁸⁷. Se o prefácio das obras revistas for da responsabilidade dos autores da obra ou de um convidado, é necessário estabelecer as mesmas condições na seleção de textos deste género por forma a obter comparações mais próximas em relação aos prefácios que motivaram a formulação da hipótese. Em rigor, no que diz respeito à autoria, o prefácio da obra *LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática* é assinado pela professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa Margarita Correia e o da *Introdução Básica à Linguística do Português* pelos mesmos autores da obra original, Annette Endruschat e Jürgen Schmidt-Radefeldt. Sendo um da responsabilidade dos autores da obra e outro de um convidado, este foi um aspeto a ter em conta na seleção dos restantes prefácios. Foram assim escolhidos dois prefácios dos mesmos autores das obras – o de Bechara (1999: 19) e o de Mateus et al. (2003: 15) – e um de um convidado – o de Baylon e Fabre (1979:7), assinado por Henri Mitterand.

2.1. Problemas encontrados

Vários problemas metodológicos se colocam na análise em questão.

⁸⁷ Influencia claramente as escolhas lexicais e estruturais do texto, além de influenciar o juízo criado sobre a obra que se segue. Um prefácio assinado por uma entidade reconhecida como autoridade na área contribui para a valorização da obra, o que não acontece quando o texto que antecede a obra é do autor ou de alguém desconhecido do leitor.

Em primeiro lugar, importa salientar que nem todos os marcadores mencionados constarão da análise realizada uma vez que nem todos se fazem representar no texto, como é o caso dos marcadores de interação. A análise realizada pelas duas autoras recai sobre dois exemplares (um folheto de instruções, que funciona simultaneamente como um anúncio publicitário, e um cartaz publicitário) e precisamente por se referirem apenas aos exemplos que analisam fica limitada a aplicação dos marcadores a outros textos na medida em que não são descritas ou indicadas as marcas linguísticas através das quais estes se realizam. Atendendo a esta limitação, e considerando os textos analisados, foram excluídos os marcadores acima referidos por se considerar que não eram realizados através das marcas presentes no texto.

De notar que nem todos os mecanismos contemplados pelos marcadores, por exemplo as sequências textuais (marcador referente à composição textual), foram mencionados devido à falta de espaço para um maior desenvolvimento e análise.

Numa segunda fase, também a seleção dos prefácios para a análise comparativa se revelou problemática, dado que em muitas obras o género que desempenha a função de pré-texto recebe a designação *Introdução*, *Prólogo*, *Nota Prévia*, *Síntese Introdutória*, *Apresentação*, entre outros. Não faremos aqui uma distinção entre todos embora fosse relevante saber até que ponto a alteração da designação deste género introdutório acarreta diferenças na superfície do texto e, por conseguinte, se essas diferenças motivam diferentes designações⁸⁸.

Apesar de haver gramáticas mais atuais e outras obras de introdução ou iniciação mais recentes, estas foram selecionadas pelo facto de, para além dos critérios acima mencionados, as obras mais recentes não receberem muitas vezes o rótulo de “*prefácio*”, mas outro dos possíveis para um pré-texto (*Introdução*, *Prólogo*, *Nota Prévia*...).

No que diz respeito aos mecanismos a comparar nos dois textos, é apresentada apenas uma amostra representativa, isto é, que comprove apenas a existência de determinado mecanismo, visto nos limitarmos ao necessário para comprovar também a presença de determinado marcador. Trata-se, pois, de uma análise não exaustiva que pretende dar conta das principais ocorrências por forma a estabelecer um padrão nos textos selecionados.

⁸⁸ Estudo sobre as diferentes designações realizado em Neves (1994: 130), que defende a existência de um *texto prefacial* que pode surgir com diferentes designações (neste sentido, estes textos introdutórios seriam incorporados num só um tipo: o prefácio).

3. Análise dos prefácios

Expõem-se aqui alguns dos marcadores que compõem os prefácios em questão e que contribuem para a complexidade que envolve o texto.

Optou-se por começar pelos prefácios das obras revistas e respetivos marcadores por serem aqueles que motivaram a análise, passando posteriormente para os prefácios selecionados que são ordenados segundo a sua data de edição.

Na organização dos marcadores, parte-se primeiramente da intenção comunicativa e objetivo do prefácio, passando depois para as marcas de enunciação, composição, organização e tema textuais.

Sendo o texto encarado como “*um objeto complexo que cumpre funções comunicativas*”, nas palavras de Coutinho (2003:109)⁸⁹, parece-nos pertinente começar pela intenção subjacente ao objeto analisado sendo esta um fator responsável pela sua caracterização e distinção de outros objetos. A intenção comunicativa de um prefácio será à partida diferente da intenção associada a uma crítica jornalística, a um editorial, a uma reportagem (entre outros), funcionando aqui como um elemento distintivo dos vários géneros e contribuindo para a sua identidade.

- “*LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática*”

O prefácio da obra *LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática* começa por apresentar uma descrição genérica da língua (“*As línguas são extraordinários e fascinantes objetos de estudo e reflexão, além de constituírem os mais completos e eficientes instrumentos de comunicação entre os seres humanos.*”) e dos respetivos usos e funções que esta deve desempenhar numa determinada comunidade, introduzindo em seguida a explicação da forma como nasce a necessidade do tétum e como pode o contributo de cada um ser útil ao seu desenvolvimento. Segue-se aquele que parece ser o objetivo principal da autora, isto é, a apresentação da obra e as metas que se espera atingir com o contributo do autor (“*preservar a cultura leste-timorense e (...) contribuir para o desenvolvimento da língua*”, p. 13), e posteriormente são especificados alguns aspetos abordados ao longo da obra. O prefácio termina sublinhando a importância do contributo

⁸⁹ Cf. também Neves (1994: 109-111).

do autor, que se revela determinante para o desenvolvimento da língua segundo a autora do prefácio.

No plano enunciativo, registam-se marcas de primeira pessoa e indicações temporais e espaciais. As marcas de primeira pessoa, que indiciam uma subjetividade inerente ao texto, estão presentes através do pronome “*nós*” com valor inclusivo (“...*como atrás afirmámos...*”, “*Podemos questionar de que tétum estamos a falar neste livro...*”), marca inegavelmente identificativa da voz da autora no texto, adjetivos avaliativos (“*As línguas são extraordinários e fascinantes objetos de estudo...*”, “*Se a escolha da língua portuguesa, implicando já por si um desafio gigantesco*⁹⁰...”, “*Língua Tétum – contributos para uma gramática constitui um contributo (...), ou mais um patamar incontornável, para...*”) ou adjetivos que adquirem essa carga avaliativa devido à posição pré-nominal em que se encontram (“...*a escolha do tétum constitui, por um lado, uma ousada afirmação da identidade de um povo...*”, “*as autoridades manifestaram uma saudável ousadia...*”, “...*este trabalho constitui (...) um inestimável auxiliar para todos...*”, “*uma preciosa ferramenta para quem queira iniciar-se no uso da língua tétum.*”).

Com efeito, as várias marcas de apreciação subjetiva contribuem para a responsabilidade enunciativa da autora no texto, que assume uma proximidade com o enunciado ao deixar marcas identificativas da sua voz (implicação). De notar que as marcas que contribuem para a marcação da posição subjetiva do autor do prefácio expressam um juízo do próprio autor acerca da obra que se segue, condicionando consequentemente a atitude do leitor perante o texto e receção do mesmo⁹¹. Além das marcas já referidas (pronome, adjetivos), para esse juízo contribuem também as escolhas lexicais. Veja-se o encadeamento sintagmático em “*Língua Tétum – contributos para uma gramática constitui um contributo, uma primeira síntese dos principais aspectos do funcionamento (...), constituindo um ponto de partida, ou mais um patamar incontornável (...) este trabalho constitui, ao mesmo tempo, um inestimável auxiliar para todos aqueles que desejem aprender...*”⁹². No campo dos marcadores enunciativos

⁹⁰ De notar que o adjetivo é qualificativo (“Olha para aquele escorrega gigantesco!”), designando aqui a propriedade de uma determinada entidade (o facto de o escorrega ser comprido, por exemplo), mas pode também funcionar como avaliativo. Cp. Raposo et al., 2013: 1370.

⁹¹ Cf. Neves, 1994: 40.

⁹² De notar ainda a existência de estruturas que introduzem juízos sobre o autor “*Luís Costa persegue os objectivos que definiu para a sua actividade (...) preservar a cultura leste-timorense e (...) contribuir para o desenvolvimento da língua tétum através da sua descrição, trabalho encetado há mais de dez anos, com a pesquisa conducente à realização do Dicionário Tétum-Português, ainda hoje o dicionário mais*

encontram-se ainda os elementos deíticos que funcionam como coordenadas enunciativas (“...a verdade é que, **ainda hoje**, tanto quanto nos é dado a conhecer...”, “...**ainda hoje** o dicionário mais completo...”, “O trabalho **agora** apresentado...”).

As modalidades deôntica, epistémica e apreciativa⁹³ surgem também no prefácio, contribuindo para a implicação do autor no texto. A título de exemplo, veja-se o uso dos verbos modais com valor deôntico/epistémico em “Qualquer língua **pode**, e **deve**, ser desenvolvida...”, epistémico em “Se a escolha da língua portuguesa (...) **pode** ser entendida por esta ter sido a língua da resistência...”, e advérbios de caráter apreciativo em “...o tétum encontra-se, **infelizmente**, ainda longe de...”, “...do povo que **corajosa** e **solidariamente** resistiu a uma ocupação...” e “...uma meta que **difícilmente** será ultrapassável...”.

Relativamente à dimensão composicional, no texto surge em primeiro plano o título (“*Prefácio*”), seguido do corpo do texto e da assinatura do respetivo autor (convidado), com a indicação do seu estatuto profissional, do departamento em que se insere e da faculdade de origem⁹⁴. O corpo de texto é composto por frases longas, em que predomina essencialmente o presente do indicativo e do conjuntivo, bem como o pretérito perfeito. De notar que do ponto de vista aspetual, o presente assume vários valores⁹⁵: genérico (“*As línguas são extraordinários e fascinantes objetos de estudo e reflexão, ...*”, “...*Língua Tétum – contributos para uma gramática constitui um contributo...*”), modal próximo do deôntico (“...*ela tem que ser capaz de responder a todas as necessidades de comunicação...*”), histórico (“...*o autor recolhe, já na parte final da obra, diversos aspectos da cultura...*”), sendo no entanto o valor genérico que mais se faz notar.

Em termos de marcadores de organização textual, é possível encontrar elementos de ligação de vários tipos⁹⁶: conetores preposicionais e adverbiais (de síntese - “*em suma, em síntese*”, explicitação-particularização - “*fundamentalmente*”, contraste - “*ora,*

completo e de micro-estrutura mais elaborada de que a língua tétum dispõe, e à realização do Guia de Conversação Português-Tétum, uma preciosa ferramenta para quem queira iniciar-se...”, “*Luís Costa tem sido (...) um incansável obreiro de pontes entre o povo leste-timorense e as restantes comunidades falantes da língua portuguesa.*”, elogiado aqui graças ao seu contributo para o desenvolvimento da língua tétum. A introdução de juízos deste tipo antes do texto do autor contribui para uma valorização da obra em questão e para criar no leitor uma expectativa, no sentido da valorização, acerca de um texto escrito por um investigador tão elogiado no prefácio.

⁹³ Terminologia de Culioli (1971).

⁹⁴ Este aspeto vai ao encontro da nota 89, na medida em que a referência a um estatuto profissional e a uma entidade de ensino permite impor alguma autoridade e conferir certa credibilidade acerca dos juízos expressos sobre o texto que se segue e respetivo autor.

⁹⁵ Ver tipologia aspetual em Mateus et al. (2003: 134).

⁹⁶ De acordo com Mateus et al., 2003: 104-105.

apesar de, no entanto”, listagem enumerativa – “*por um lado...por outro...*”, inferência – “*portanto*”) e conjunções/locuções (adversativas – “*porém, mas*”, copulativas – “*e, não...nem...nem..., não apenas...mas também...*”, disjuntiva – “*ou*”, explicativa – “*dado que*”, comparativa – “*bem como*”, causal – “*porque*”). Verifica-se ainda um paralelismo sintático em determinadas estruturas, nomeadamente em “...**os que lutaram na resistência, os que tiveram que abandonar o país durante a ocupação indonésia, os que singraram na sociedade timorense depois da independência, os que não puderam reunir...**” (pronomes + oração relativa) e em “...**ela tem que ser capaz de responder a todas as necessidades de comunicação dessa sociedade: tem que ser o veículo de toda a informação (...)** **tem que ser capaz de responder a todas as necessidades da sociedade.**” (verbo + complemento). Um recurso que entra na organização do texto é também a anáfora como procedimento de retoma de informações anteriores (ou posteriores, nos casos de catáfora). São vários os tipos de anáfora⁹⁷ que podemos encontrar, a saber: anáfora pronominal (“...**qualquer língua** carece do cuidado e da atenção constantes da comunidade que **a** utiliza...”, “...ninguém é dono de uma **língua**, dado que **ela** faz parte...”, “...por muito que **uma comunidade** ou as **suas** instituições representativas prezem a **sua** língua...”, “...para ascender à posição de verdadeiras **línguas** de comunicação formal, em qualquer contexto situacional, tornando-se aptas a...”, “...**o desenvolvimento do tétum** precisa de todos aqueles que para **tal** queiram contribuir.”), anáfora através de elipse (“...pertencendo a todos os **Humanos** no seu todo e, portanto, a nenhum (-) em particular.”, “...nem mesmo o **Dicionário de Português-Tétum**, em realização no INL, com apoio financeiro das autoridades portuguesas e (-) anunciado no sítio Web...”), anáfora nominal (“Fundamentalmente uma **língua de comunicação oral informal**, apenas em 2004, o **tétum** conheceu uma norma ortográfica oficial...”, “Com **Língua Tétum – contributos para uma gramática**, Luís Costa (...) de que tétum estamos a falar **neste livro** (...) Ao longo das páginas da sua **obra** (...) Mas **este trabalho** constitui...”, “**Luís Costa** persegue os objetivos (...) **o autor** propõe-se...” e anáfora através do quantificador nominal “**tudo**” e demonstrativo invariável “**isto**” (“...esta língua não dispõe nem de uma gramática (...), nem de um dicionário monolíngue (...), nem de terminologias científicas e técnicas básicas (...) nem mesmo o Dicionário de Português-Tétum (...) viu ainda luz do dia. Por **tudo isto**, ao assumir...”).

⁹⁷ Tipos de anáfora segundo Mateus et al., 2003: 801.

Marcadores de tema que podem funcionar neste contexto, e tendo em conta a intenção comunicativa associada ao género, são precisamente as referências à obra que se segue ao texto introdutório, nomeadamente através da repetição do título (duas vezes de forma explícita e retomado por procedimentos anafóricos em “obra” – duas vezes, “livro”, “trabalho” – duas vezes), do nome do autor da obra (quatro vezes de forma explícita e retomado por anáfora duas vezes - “autor”), das partes que a compõem (“...vai abordando diversos aspectos da estrutura e do funcionamento da língua tétum, desde a fonética e fonologia, passando pela morfologia e sintaxe (...) lendas, canções e outros produtos da literatura popular, bem como fórmulas de cortesia e ditos populares...”), do tema fundamental a descrever, o tétum (vinte e sete vezes referido explicitamente e retomado outras tantas através do nome “língua”), e da área de estudo em que se insere (“...as autoridades linguísticas leste-timorenses denotarem sensibilidade...”, “...Instituto Nacional de Linguística...”, “...tétum veicular, registo linguístico próximo...”).

- *Introdução Básica à Linguística do Português*

O prefácio da *Introdução Básica à Linguística do Português* tece considerações gerais sobre a língua (“O uso da língua (linguagem) muda com os seus utentes e assim mudam os métodos da sua descrição e da sua explicação com o tempo que avança.”) e passa posteriormente para a necessidade dos instrumentos que a regulam. É apresentada a *Introdução*, constituindo o aspeto principal deste prefácio, e a intenção que lhe está associada (“dar um estímulo para que o ensino académico reconheça certas lacunas (...) da descrição do português e (...) as ajude a colmatar...”, p. 11), terminando por fim com os agradecimentos a quem tornou a obra possível.

À semelhança do prefácio anterior, também neste se encontram marcadores enunciativos. A presença do pronome “nós” com valor inclusivo vem implicar o autor do prefácio no texto (“Finalmente **juntamos** uma palavra de agradecimento...”, “...**agradecemos** o capítulo...”, “...o **nosso** agradecimento pela colaboração...”, “**Agradecemos** à...”, “...**devemos** à António Franco...”, “...**expressimos** a **nostra** gratidão.”), bem como a presença do adjetivo com carga avaliativa “*incontestável*” (“Assim se apresentam, como exemplos de valor *incontestável*...”) e as expressões modais epistémicas (“**Sem dúvida** as graças maiores devemos...”, “...*alguns*”).

*conhecimentos do alemão (...) **podiam** parecer desejáveis.”, “...**podia** tratar-se então (...) de uma transferência científica europeia **quicá** útil.”) e deôntica (“...o acesso bibliográfico (...) **não podia** ser exaustivo...”).*

De notar ainda a presença da referência deítica (“*Em concreto, e por exemplo na área da semiótica e da sociolinguística, refiram-se **aqui** as ligações interdisciplinares com outras disciplinas.*”).

A composição do texto, à semelhança do prefácio anterior, inicia antes de mais com o rótulo do género em questão, que cumpre a função de título, a que se segue uma citação de Fernando Pessoa, passando posteriormente para o corpo do texto e a assinatura dos respetivos autores, bem como a universidade de origem (aqui mais uma vez a presença de uma instituição de ensino que vem conferir alguma autoridade e credibilidade ao texto). O corpo do texto é caracterizado por frases de considerável extensão com uma predominância do uso do presente do indicativo, seguido do pretérito perfeito e imperfeito do indicativo. À semelhança do prefácio anterior, o presente do indicativo adquire aqui, além do valor genérico que se afirma como predominante (“*O uso da língua (linguagem) muda com os seus utentes...*”, “*No âmbito do ensino universitário isso se realiza em geral numa monografia de introdução linguística.*”), valor estritamente temporal de presente da enunciação (“...*agradecemos o capítulo sobre linguística cognitiva...*”) e possivelmente de futuro (“*Esta Introdução pretende igualmente (...) dar um estímulo para que o ensino académico reconheça certas lacunas...*”).

A organização textual fica a cargo das conjunções/locuções (copulativa – “e”, disjuntiva – “seja...seja”, temporal – “enquanto”, comparativa – “assim como”) e dos conectores adverbiais e preposicionais (de explicitação-particularização – “em concreto, por exemplo”, listagem enumerativa e aditiva – “finalmente, igualmente, também”, de inferência – “assim, por isso, então”). Observa-se ainda ocorrência de estruturas paralelas com o objetivo de enfatizar o dito, nomeadamente “*Claro está que...*” e “*Também claro está que...*”. As marcas anafóricas ao longo do texto incluem-se nos marcadores organizacionais e ajudam a segmentar o conteúdo do texto. Neste contexto, foram encontrados vários tipos de anáforas, nomeadamente anáfora pronominal (“*Claro está que cada **Introdução à linguística** tem a sua própria perspectiva (...) e que **ela** terá as suas lacunas próprias...*”, “...*para que o ensino académico reconheça **certas lacunas investigativas da descrição do português** e (...) **as** ajude a colmatar...*”, “...*juntamos uma palavra de agradecimento que se dirige a...*”), anáfora por elipse (“*Assim se*

apresentam, como **exemplos de valor incontestável**, a *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa (...)*, a monografia *Portuguese: A Linguistic Introduction (...)* ou *Pragmática Linguística e ensino do Português (...)* para mencionar só alguns (-) em uso...”), anáfora nominal (“Essa **monografia (...)** Esta **Introdução** pretende (...) apoiaram a génese dessa **obra (...)** Para que este **livro** pudesse...” e ainda anáfora através de “o mesmo” (“...refiram-se aqui as **ligações interdisciplinares com outras disciplinas. O mesmo** se aplica à lexicologia...”).

Em termos temáticos, a repetição do título marca definitivamente o prefácio (“*Introdução*” – duas referências diretas ao título da obra, retomado por termos como “*monografia*” e “*obra*” – ocorrem uma vez cada) bem como o nome dos autores (assinaturas), o encadeamento de referências relativas às partes constitutivas da obra (“...agradecemos o capítulo sobre *linguística cognitiva (...)* da *grafémica portuguesa (...)* colaboração no capítulo sobre o português do Brasil...” e a referência à área de estudo em que esta se insere (“...*necessidade de resumir e coordenar o saber linguístico...*”, “...isso se realiza em geral numa monografia de *introdução linguística.*”, “Claro está que cada *Introdução à linguística* tem a sua própria perspectiva...”).

- *Iniciação à Linguística*

O primeiro dos prefácios selecionados, da autoria de Henri Mitterand (1979: 7), introduz alguns dos motivos pelos quais é necessária uma boa formação linguística (“*Somos assaltados por todos os lados pelos signos, por signos de todas as espécies*”, 1979: 8), formação essa que resulta de uma aprendizagem, e com base nesses motivos e na necessidade de aprendizagem fundamenta a existência da obra em questão (“*É esta dialéctica da ciência da linguagem que aqui propõem Christian BAYLON e Paul FABRE...*”, 1979: 8). Termina indicando os possíveis objetivos que a obra pode concretizar dependendo do tipo de leitor (“...quer o primeiro grau de um itinerário com mais largo temo, quer a formação mínima que é justo esperar, neste domínio, para estudantes de nível universitário.”, 1979: 8).

À exceção dos prefácios acima mencionados, o autor, além do recorrer ao pronome “*nós*” inclusivo (“*Somos assaltados por todos...*”), faz também uso de marcas da primeira pessoa como se pode ver em “*Quando pedi a...*” e em “*Na minha opinião...*”. Mantém no entanto semelhanças no caso dos deícticos (“*É esta a dialéctica da ciência da*

linguagem que **aqui** propõem Christian...” e da modalização epistêmica/deôntica (“...desempenhando, no entanto, um papel fecundante que não se **poderá**, por reacção, desconsiderar.”, “Os que praticam o ensino, os jornalistas, os sociólogos, os médicos, os juristas, **devem** pronunciar-se...”).

Relativamente à composição do texto, apresenta-se novamente o título “**PREFÁCIO**”, o corpo do texto e no fim o nome do autor convidado.

Verifica-se um domínio claro das estruturas em que ocorre o presente do indicativo (com o predomínio do valor genérico – “*Ciência da comunicação, continua a ser mal reconhecida, ...*”, além do valor estritamente de tempo presente – “*Os linguistas não se preocupam com preparar a sua didáctica...*” e de modal deôntico – “...*mas que têm que ensinar e explorar profissionalmente...*”), enquanto os restantes tempos partilham um certo equilíbrio entre si no número de ocorrências que registam (pretérito perfeito, infinitivo...). De notar que, à semelhança do primeiro prefácio analisado, também aqui são formulados juízos sobre os autores, o que contribui indubitavelmente para uma valorização da obra que se segue (“*Linguistas no sentido forte do termo, possuem uma visão de todos os desenvolvimentos modernos da sua ciência. Especialistas de línguas românicas (...) estão habituados a tirar o melhor partido da análise contrastiva das suas duas línguas. Sendo professores (...) sabem expor numa linguagem acessível um sistema de conhecimentos que não é simples.*”). As frases longas marcam uma vez mais a superfície do texto.

Relativamente a marcas de organização, as estruturas alicerçam-se sobretudo nas conjunções/locuções (copulativas – “e, não...nem”, adversativas – “mas, todavia”, disjuntiva – “ou...ou”) e conetores adverbias e preposicionais (de explicitação-particularização – “isto é”, listagem enumerativa – “por outro lado”). De notar ainda um certo paralelismo que se faz notar em estruturas como “Os que praticam o ensino, os jornalistas, os sociólogos, os médicos, os juristas...” (encadeamento de vários sujeitos) e “...Christian BAYLON e Paul FABRE, a partir da sua múltipla competência. Linguistas no sentido forte do termo (...) Especialistas de línguas românicas (...) Sendo professores...” (encadeamento de expressões que funcionam como aposto, iniciando sempre a frase seguinte). Registam-se novamente vários tipos de marcas anafóricas, que surgem em maior número do que qualquer outra marca textual. Destacam-se deste modo a anáfora pronominal (“...por **signos** de todas as espécies. O primeiro grau de liberdade consiste em sabê-**los** decifrar, em perceber-**lhes** a...”, “...Christian BAYLON e Paul

FABRE, a partir da *sua* múltipla competência...”), anáfora por elipse (“...o ensino da *linguística* (...) tem sofrido de um paradoxo. *Ciência da comunicação*, (-) continua a ser mal conhecida, mal compreendida fora do círculo relativamente restrito dos especialistas. A relação que (-) estabeleceu com outras ciências...”, “...**Christian BAYLON e Paul FABRE** (...) Sendo professores, finalmente, (-) não separam o ensino teórico e as suas aplicações e (-) sabem expor...”), anáfora nominal (“...o ensino da *linguística* (...) tem sofrido de um paradoxo. *Ciência da comunicação*...”, “...**Christian BAYLON e Paul FABRE** (...) *Linguistas no sentido forte do termo* (...) *Especialistas de línguas* (...) Sendo **professores**...”), anáfora através do pronome invariável “isto” (“Compreender o sentido, produzir sentidos, é pôr em jogo formas segundo um programa determinado de actos lógicos e linguísticos. **Isto** não se improvisa...” e de “tudo isto” (“Os linguistas não se preocupam com a sua didáctica, isto é, com a delimitação de um domínio e percurso de ensino, com um método de apresentação e de exploração, com uma linguagem descritiva, com uma estratégia de trabalho, e **tudo isto**...”).

Marcas temáticas a assinalar têm por base referências à própria obra (“*Iniciação à Linguística*” – duas vezes), aos autores (“**BAYLON e FABRE**” – duas vezes, informação retomada por “*linguistas*”, “*especialistas de línguas românicas*”, “*professores*”) e à constante repetição da área de estudo (“...o valor dos tratados e dos dicionários de *linguística geral*...”, “...o ensino da *linguística*...”, “Os linguistas não se preocupam...”, “...à investigação especializada em *linguística*...”, “...já não se aceita (...) a ausência de uma boa formação *linguística*...”, “...um programa determinado de actos lógicos e linguísticos...”, “*Linguistas no sentido forte do termo*...”, entre outras expressões como “*linguagem*”, “*signos*”, “*ciência da linguagem*”, ...).

- *Moderna Gramática Portuguesa*

O prefácio de Bechara (1999: 19)⁹⁸ começa por referir a atualização realizada na presente edição (“*Entregamos aos colegas de magistério, aos alunos e ao público estudioso de língua portuguesa esta edição, revista, ampliada e atualizada*...”), agradecendo em seguida os contributos dados, caracterizando a perspetiva adotada na gramática e apresentando brevemente o seu propósito (“*úteis sugestões ou temas de*

⁹⁸ Foi analisado o da 37.^a edição e não o da primeira, embora a obra consultada (37.^a ed.) contenha os dois.

reflexão para uma proposta de melhoria da vigente nomenclatura gramatical”, 1999: 20).

No início do texto verifica-se de imediato a presença de um autor implicado (“**Entregamos aos colegas...**”). Com efeito, o primeiro parágrafo, de quatro linhas, regista três ocorrências do pronome “*nós*” inclusivo (além da primeira já referida, “...**estamos** pelos mesmos propósitos que **nos** fizemos...”), mas, para além do pronome, são vários os marcadores enunciativos ao longo do texto que conferem, como já referido, um traço de subjetividade ao texto e implicam o autor. Em rigor, encontram-se ocorrências do pronome possessivo “*nosso*”, de adjetivos com carga avaliativa (“...**uma consciente** atualização e enriquecimento...”, “...**leitura** demorada de **nostros** melhores...”, “...**nosso inesquecível** mestre...”, “...**nosso** primeiro linguista...”, “...seguidos pelos **nostros** melhores...”, “...que não tenha passado por uma **consciente** atualização e enriquecimento...”, “...este teórico **profundo e admirável** que é Eugénio Coseriu, ao lado de seu **ilustre** colega...”, “...os colegas (...) encontrarão **úteis** sugestões ou temas de reflexão...”, “...na figura **excelsa** de Emílio Alarcos Llorach...”) e de advérbios de carácter apreciativo (“...**críticas e sugestões gentilmente** formuladas por companheiros...”, “...verá **facilmente** o leitor que se trata...”, “**Difícilmente** haverá secção da Moderna Gramática Portuguesa...”).

Além dos vestígios de modalização apreciativa, está também presente a modalização epistémica (“O arcabouço teórico desta obra **poderia** bem orientar-se por outros modelos válidos...”, “...resulta da nossa convicção de que ela também **pode** oferecer elementos...”), expressa também através de um verbo do domínio da crença (“**Acreditamos** que, neste sentido, os colegas (...) encontrarão úteis sugestões ou temas de reflexão para...”).

As “âncoras” da enunciação, os deícticos, também se fazem notar à semelhança dos textos analisados anteriormente. Veja-se os exemplos de ocorrências em “*Entregamos aos colegas de magistério, aos alunos e ao público estudantil de língua portuguesa esta edição revista, ampliada e atualizada...*” e “...que se trata **aqui** de um novo livro.”.

No que se refere a mecanismos que compõe o texto, o título é mais extenso neste caso (“*Prefácio da 37.ª edição*”), mas em seguida surge novamente o corpo do texto, ao qual sucede o local e data (dia, mês e ano) de produção e o nome do respetivo autor. É de sublinhar mais uma vez a predominância das frases longas e do presente do indicativo sobre os restantes tempos, que registam um número de ocorrências semelhante (pretérito

perfeito, futuro, ...). No que diz respeito à caracterização aspetual do presente, surge neste contexto fundamentalmente o valor temporal estrito de presente da enunciação (“*Temos consciência de que ainda...*”) e o valor genérico (“...*língua portuguesa, traço que é da nacionalidade e elo fraterno da lusofonia.*”), sendo predominante este último.

No âmbito da marcação organizacional, verifica-se a recorrência a conjunções (copulativa – “e”, disjuntiva – “ou”, condicional – “se”) e conetores adverbiais e preposicionais (de listagem enumerativa e aditiva – “*em primeiro lugar, também, ainda*”, inferência – “*por isso, neste sentido*”). De notar ainda o paralelismo que se verifica nas construções que iniciam com a primeira pessoa do plural (“*Entregamos aos colegas de magistério...*”, “*Acreditamos que, neste sentido....*”, “*Estivemos também atentos...*”, “*Temos consciência de que...*”, “*Dar-nos-emos por bem pago se...*”), que constituem cinco dos nove parágrafos que compõem o prefácio. Ao longo da estrutura textual surgem novamente vários tipos de anáfora (ou catáfora): anáfora pronominal (“***Amadurecido pela leitura atenta dos teóricos da linguagem (...)*** verá (...) *que se trata aqui de um novo livro.*”, “...*é a eles dedicada – (...) M. Said Ali, (...) Eugenio Coseriu, (...) J. G. Herculano de Carvalho, (...) J. Mattoso Câmara Jr...*”, “...*a ajuda dos colegas que neste sentido desejarem pronunciar-se.*”), anáfora por elipse (“...*destinados a outras línguas, especialmente às (-) românicas...*”, “...*há muito que acrescentar e rever, e para tanto (-) convocamos a ajuda...*”), anáfora nominal (“...*esta edição (...) um novo livro (...) Moderna Gramática Portuguesa (...) desta obra (...) nestas páginas...*”, “...*o contributo dos espanhóis, dos franceses e dos italianos. Desejamos sintetizar nossa homenagem a esses colegas...*”, “...*da língua portuguesa, traço que é da nacionalidade e elo fraterno da lusofonia.*”) e com recurso ao pronome demonstrativo “aí” (“*Estivemos também atentos à produção de textos gramaticais destinados a outras línguas, especialmente às românicas, e aí vale ressaltar o contributo dos espanhóis...*”).

Em termos de marcas temáticas, verificam-se referências à obra que se segue através do título (“*Moderna Gramática Portuguesa*” – quatro vezes, e retoma através de “*edição*” – duas vezes, “*livro*”, “*obra*”, “*páginas*” – uma ocorrência cada), do nome do autor (mencionado na assinatura), do encadeamento de características da nova edição (“...*atualização no plano teórico da descrição do idioma, e enriquecimento por trazer à discussão e à orientação normativa a maior soma possível de fatos gramaticais...*”, “...*alia a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa...*”, “...*encontrarão úteis sugestões ou temas de reflexão para uma*

proposta de melhoria da vigente nomenclatura gramatical...”) e da área de estudo em que se insere (“*Entregamos aos colegas de magistério, aos alunos e ao público estudioso de língua portuguesa esta edição...*”, “*...pelos nossos melhores linguistas em atuação nos centros universitários...*”, “*...colega de reflexão linguística, que é J. G. Herculano de Carvalho, e do nosso primeiro linguística J. Mattoso...*”).

Um último apontamento para o juízo sobre a obra num prefácio assinado pelo próprio autor do livro. Quando assina este texto introdutório, o juízo que veicula sobre a obra que se segue é mais modalizado e deixado à consideração do leitor (“*...verá facilmente o leitor que se trata aqui de um novo livro.*”, “*Dar-nos-emos por bem pago se o leitor benévolo continuar encontrando nestas páginas fundamentos que alicercem seu interesse e conhecimento...*”), ao contrário do que se verifica em prefácios assinados por entidades convidadas para introduzir a obra (como se observou no primeiro exemplo, em que se traçam elogios claros à obra e ao respetivo autor).

- Gramática da Língua Portuguesa

Já o prefácio de Mateus et al. (2003: 15) começa por apresentar os motivos que levaram a uma nova edição da sua gramática (“*...visão crítica da obra que as autoras da 1.ª edição foram desenvolvendo...*”) e ao respetivo “*alargamento, aprofundamento e reformulação*”. São posteriormente apresentadas as partes em que se divide a gramática e respetiva organização na obra, o contributo dado para a sua realização, além da orientação que assume e do público a que se destina. O objetivo das autoras passa por contribuir para “*um melhor conhecimento das estruturas linguísticas do português e (...) das propriedades da gramática universal*” (2003: 17).

Ao contrário dos restantes prefácios em análise, este contempla não só marcas do pronome “*nós*” inclusivo, mas também da terceira pessoa do plural e de sujeito nulo ao longo do texto. Com efeito, a primeira autorreferência (tendo em conta que as autoras do prefácio também são responsáveis por parte da obra) surge com a terceira pessoa (“*...resulta (...) da visão crítica da obra que as autoras da 1.ª edição foram...*”), depois com sujeito nulo indeterminado (“*...a reformulação a que se procedeu...*”, “*...assume-se com mais clareza do que nas edições anteriores...*”, “*Privilegiou-se a descrição das propriedades...*”) e só no fim surge a marca do pronome com valor inclusivo (“*As notas e as referências bibliográficas que **incluímos** na presente obra...*”), que apresenta apenas

uma ocorrência ao longo de todo o prefácio. Outras marcas enunciativas são dadas através de alguns advérbios e SNs presentes no texto, que reforçam e marcam a opinião das autoras (“*O trabalho de preparação desta nova edição resulta, **como é natural**, da visão crítica da obra que as autoras da 1.^a edição foram desenvolvendo...*”, “*O seu objetivo consiste na apresentação de descrições e análises de um largo conjunto, **evidentemente não exaustivo**, de aspectos...*”, “*...assume-se **com mais clareza** do que nas edições anteriores a dissociação entre...*”, “*...e, **desejavelmente**, das propriedades...*”) e de expressões modais epistémicas (“*...consideravelmente mais extensa e **indubitavelmente** enriquecida.*”, “*...que **poderão** vir a confirmar ou infirmar as hipóteses apresentadas...*”) e deônticas (“***Deve** igualmente lembrar-se (...) que ela não é uma gramática normativa...*”, “*Esta autonomização **obrigou** a uma separação entre morfologia e fonologia...*”). De assinalar ainda, neste contexto, a presença de marcação deíctica (“*...apresentando-se a obra **hoje** consideravelmente mais extensa...*”).

Como marcadores composicionais regista-se, à semelhança dos anteriores, o título, seguido do corpo do texto, do local e data (mês e ano) de produção e das assinaturas das autoras responsáveis. Predomina, à semelhança dos prefácios anteriores, o uso do presente do indicativo na maioria das construções (com valor genérico na sua maioria – “*A variedade da língua contemplada nesta obra é a norma-padrão do português europeu...*”), seguido do pretérito perfeito (voz ativa mas também passiva). Mantém-se no entanto a preferência pelas construções longas.

Na tarefa de organização do texto, desempenham o seu papel enquanto marcadores de distribuição as conjunções/locuções (copulativas – “*e, quer...quer....quer...quer*”, concessiva – “*embora*”, comparativa – “*mais do que*”) e os conectores adverbiais e preposicionais (de explicitação-particularização – “*ou seja, isto é, sobretudo*”, listagem aditiva – “*além disso, também, igualmente*”, sequência temporal – “*entretanto, antes de mais*”, inferência – “*assim*”). Na forma de apresentação do conteúdo entram também os vários tipos de anáfora presentes no texto: pronominal (“***Esgotada a 4.^a edição...***”, “*...relativamente ao carácter **desta obra**, que **ela** não é uma gramática normativa (...) **O seu objetivo...***”, “***O trabalho** desenvolvido reflecte-se...*”, “*As análises são realizadas em **quadros teóricos que** possuem um poder explicativo satisfatório e **que** sustentam investigações...*”) e nominal (“*A **Gramática da Língua Portuguesa** foi publicada (...) **A partir desta dada a obra** foi (...) foi unânime a decisão de preparar uma nova edição...*”, “*...não é uma **gramática normativa**, ou seja, não é um **instrumento que***

regule o bom uso da língua.”, “...a uma separação entre morfologia e **fonologia**, estando a Parte VI consagrada a **esta última**.”). Embora se registem ocorrências de anáfora por elipse (“...Parte I que (...) era dedicada, sobretudo, a uma breve referência aos primeiros textos escritos em português e a uma identificação das áreas dialectais de Portugal. A essa referência (-) foi agora acrescentada...”, “A profunda reformulação da Gramática da Língua Portuguesa não teria sido possível sem a investigação sobre o português desenvolvida nos últimos quinze anos, a nível nacional e internacional. Essa investigação (-) está materializada...”, “...foi unânime a **decisão de preparar uma nova edição amplamente revista, com maior pendor descritivo, com um estilo menos tecnicista e com uma cobertura linguística mais ampla**. Esta decisão (-) foi compreendida e apoiada pela Editorial Caminho...), as autoras optam por recorrer também à repetição diminuindo assim o número de inferências a realizar por parte do leitor e recordando-o constantemente das linhas gerais da nova edição que apresentam (“...que aceitou esperar três anos pela conclusão do **trabalho de preparação da nova edição**. O trabalho de preparação desta nova edição resulta...”, “Esgotada a 4.^a edição, foi unânime a decisão de preparar **uma nova edição amplamente revista, com maior pendor descritivo, com um estilo menos tecnicista e com uma cobertura linguística mais ampla**. (...) O aumento da cobertura linguística e o aprofundamento das análises propostas (...) O alargamento, o aprofundamento e a reformulação a que se procedeu (...) A profunda reformulação da Gramática da Língua Portuguesa...”).

No que diz respeito por fim às marcas que introduzem o tema, mais uma vez se observa a ocorrência do título (referência direta ao título – seis vezes, também retomado por expressões como “nova edição” – três vezes, “obra” – seis vezes), da referência às autoras (autorreferenciação através de “...que as **autoras da 1.^a edição** foram desenvolvendo...”, “...integração de outras linguistas **no primitivo grupo de autoras**...”, “...em conjunto com **as autoras**...”, e assinaturas) e às características da obra (“...dividida em seis partes autónomas...”, “...Parte I (...) era dedicada (...) a uma breve referência aos primeiros textos escritos em português (...) As questões de pragmática e de semântica são analisadas (...) nas Partes II e III (...) A Parte IV (...) é consagrada à sintaxe...”), bem como à área de estudo (“...cobertura linguística mais ampla.”, “O aumento da cobertura linguística...”, “...para um melhor conhecimento das estruturas linguísticas do português...”).

4. Considerações finais

Atendendo à análise realizada, veja-se a título de comparação o Quadro 24.

	Prefácios				
Marcadores	<i>LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática</i>	<i>Introdução Básica à Linguística do Português</i>	<i>Iniciação à Linguística</i>	<i>Moderna Gramática Portuguesa</i>	<i>Gramática da Língua Portuguesa</i>
Intenção comunicativa	descrever a língua, apresentar a obra e o objetivo, realçar o contributo do autor na área	tecer considerações gerais da língua, apresentar a obra e o objetivo, agradecer	reforçar a necessidade de uma boa formação linguística, apresentar a obra e o objetivo,	apresentar a nova edição da obra e o objetivo, agradecer contributos dados	justificar a nova edição da obra, apresentar as suas partes e objetivo
Marcas enunciativas	“nós” inclusivo	“nós” inclusivo	“nós” inclusivo	“nós” inclusivo	“nós” inclusivo
	adjetivos avaliativos	adjetivos avaliativos	marcas de 1.ª pessoa	adjetivos avaliativos	uso da 3.ª pessoa do plural
	SNs de cariz apreciativo			advérbios apreciativos	SNs e advérbios apreciativos
	deícticos	deícticos	deícticos	deícticos	deícticos
	modalidade deôntica, epistémica e apreciativa	modalidade deôntica e epistémica	modalidade deôntica e epistémica	modalidade deôntica e epistémica	modalidade deôntica e epistémica
Marcas composicionais	título, corpo do texto e assinatura (estatuto profissional, departamento e faculdade)	título, citação, corpo do texto e assinatura (faculdade)	título, corpo do texto e assinatura	título, corpo do texto, local e data e assinatura	título, corpo do texto, local e data e assinatura
	frases longas	frases longas	frases longas	frases longas	frases longas
	predominância do presente do indicativo com valor genérico	predominância do presente do indicativo com valor genérico	predominância do presente do indicativo com valor genérico	predominância do presente do indicativo com valor genérico	predominância do presente do indicativo com valor genérico
Marcas organizacionais	conectores e preposições	conectores e preposições	conectores e preposições	conectores e preposições	conectores e preposições
	paralelismo estrutural	paralelismo estrutural	paralelismo estrutural	paralelismo estrutural	repetição de termos
	anáforas	anáforas	anáforas	anáforas	anáforas

Marcas temáticas	referências à obra, partes constitutivas, tema, área de estudo e autor	referências à obra, partes constitutivas, área de estudo e autores	referências à obra, área de estudo e autor	referências à obra, caraterísticas, área de estudo e autor	referências à obra, caraterísticas, área de estudo e autoras
---------------------	--	--	---	--	--

Quadro 24 – Síntese de marcadores de gênero encontrados

Observa-se que:

a) Comparando as intenções comunicativas recolhidas, todos os prefácios apresentam a obra que antecede⁹⁹ e o objetivo da sua produção (partilham a intenção comunicativa embora os objetivos de determinada obra sejam diferentes de prefácio para prefácio - “*preservar a cultura leste-timorense e (...) contribuir para o desenvolvimento da língua*”, no primeiro prefácio, “*...quer o primeiro grau de um itinerário com mais largo tempo, quer a formação mínima que é justo esperar, neste domínio, para estudantes de nível universitário.*”, no segundo, “*úteis sugestões ou temas de reflexão para uma proposta de melhoria da vigente nomenclatura gramatical*”, no terceiro, ...);

b) No âmbito dos marcadores enunciativos, a presença do pronome “nós” com valor inclusivo é comum a todos os prefácios, embora registe apenas uma ocorrência na *Gramática da Língua Portuguesa* e na *Iniciação à Linguística*; existem outras marcas que manifestam a opinião dos autores, mas são realizadas de forma diferente e com oscilação de uso nos vários prefácios (adjetivos com carga avaliativa, advérbios, sintagmas de cariz apreciativo – “*como é natural*”..., marcas de primeira pessoa). Um traço partilhado por todos é também a presença de modalizadores epistémicos e deónticos (a modalização apreciativa não surge em todos os prefácios, embora a subjetividade que lhe é inerente esteja presente através de outras marcas já mencionadas) e das coordenadas de enunciação (deícticos);

c) Em relação aos marcadores composicionais, todos os textos são caracterizados por título, corpo do texto e assinatura do respetivo autor. Nem todos apresentam, contudo, data e local de produção, citação, universidade de origem, departamento em que o autor se insere e respetivo estatuto. As frases longas predominam em todos os textos analisados, bem como o tempo verbal – presente do indicativo. Em *LÍNGUA TÉTUM – contributos para uma gramática* verifica-se uma predominância do presente (indicativo e conjuntivo), seguido do pretérito perfeito, na *Introdução Básica à Linguística do Português* predomina o presente do indicativo seguido do pretérito perfeito e imperfeito, na *Iniciação à Linguística* o presente do indicativo continua a ser o tempo dominante, seguido de ocorrências equilibradas em número do pretérito perfeito e imperfeito, na *Moderna Gramática Portuguesa* o mesmo se verifica (predominância do presente sobre

⁹⁹ Neves (1994: 4) sublinha também esta *função pré-textual* de “*vestir*” o texto seguinte, apresentando-o.

o pretérito perfeito, futuro...) e na *Gramática da Língua Portuguesa* predomina mais uma vez o presente do indicativo seguido do pretérito perfeito. Do ponto de vista aspetual, o valor genérico é o mais comum entre as ocorrências do presente, através de frases caraterizadoras e estados habituais.

d) No que diz respeito à disposição/organização do conteúdo, a nível mais local, o recurso aos conetores e conjunções que funcionam como organizadores textuais surge como aspeto inerente a todos os objetos e, num nível mais abrangente, verifica-se a ocorrência da anáfora, que assume vários tipos embora registe um diferente número de ocorrências em função do texto. O paralelismo de estruturas não é partilhado, no entanto, por todos os textos.

e) Relativamente à dimensão temática, observa-se que são vários os itens lexicais comuns na análise, nomeadamente as referências à obra em que o prefácio se insere, aos respetivos autores e à área de estudo. As partes constitutivas e caraterísticas são elementos que nem todos os textos compartilham. De notar que o tema só se refere no primeiro prefácio pela constante ocorrência de “*tétum*” ao longo do texto, nos restantes o tema é dado pelas próprias caraterísticas/partes constitutivas.

Se considerarmos agora a presença destes marcadores na constituição de parâmetros de género, aparentemente poderemos afirmar que o prefácio se caracteriza, em primeiro lugar, por apresentar determinada obra e o propósito pelo qual esta surge, pela presença explícita de um autor no texto (autor implicado no dito), pela presença de coordenadas espaço-temporais que marcam o momento de enunciação (deíticos), por construções de extensão considerável, em que predomina o uso do presente do indicativo com valor genérico, por uma distribuição de conteúdo estabelecida através de organizadores textuais (conetores/conjunções e procedimentos anafóricos que atualizam referentes) que permitem segmentar o texto e contribuem simultaneamente para a sua coesão e por um encadeamento temático responsável por introduzir a obra, o autor e fornecer indícios para a área de estudo em que se insere.

A partir destes parâmetros, o revisor pode reunir um conjunto de tendências e previsibilidades inerentes ao género em questão que contribuam para a definição da sua identidade. De facto, é a conjugação destes fatores que vai permitir traçar o perfil do

género, isto é, torná-lo reconhecível por si só ou em confronto com outros. O reconhecimento destes parâmetros permitirá assim a identificação simultaneamente do género a que se associam orientando assim a análise para os marcadores em questão e testando assim a sua adequação/não adequação ao género. No entanto, uma análise baseada no cruzamento de determinados parâmetros de género só resultará possivelmente nos casos mais prototípicos de prefácios¹⁰⁰, isto é, que se aproximem de um modelo mais geral e que registem um maior número de previsibilidades. Com efeito, apesar de ser possível, como se observou, reunir um conjunto de parâmetros comuns inerentes a vários objetos, isso não impede a oscilação inerente ao género. Veja-se por exemplo o prefácio da *Gramática da Língua Portuguesa*, em que ocorre apenas uma vez o pronome “nós” com valor inclusivo e as marcas de subjetividade inerentes e de responsabilidade enunciativas se limitam apenas à presença de alguns modalizadores (“... e **indubitavelmente** enriquecida.”) e de um pequeno número sintagmas (“O trabalho de preparação desta nova edição resulta, **como é natural**, da visão crítica...”). Ao contrário do verificado nos outros prefácios, recorre com frequência a um sujeito nulo.

É imperativo reconhecer, no final da análise, que os critérios estabelecidos para tentar aproximar os objetos selecionados dos prefácios que motivaram a reflexão se revelaram insuficientes mas permitiram retirar algumas conclusões. Em rigor, os prefácios oriundos de novas edições começam antes de mais por justificar a atualização e reformulação da obra em questão (*Gramática da Língua Portuguesa* e *Moderna Gramática Portuguesa*), enquanto os outros introduzem em primeiro plano considerações mais gerais para só depois justificarem a necessidade da obra que se apresenta. A forma como se compõe a estrutura dos prefácios é deste modo distinta talvez por não se tratar do primeiro prefácio das obras em questão. Seria necessário analisar os prefácios das primeiras edições e compará-los neste contexto com os que aqui se encontram na mesma condição, a fim de se verificar a possibilidade de existirem mais pontos comuns a nível estrutural/composicional. Uma possibilidade de comparação possivelmente mais equilibrada seria também considerar apenas prefácios assinados só por autores convidados ou apenas prefácios assinados pelos próprios autores das obras, visto que comportam diferentes características como se pôde constatar através da análise realizada (introdução de juízos sobre os autores da obra por exemplo). Mas mesmo nestes casos

¹⁰⁰ Nos modelos interiorizados pelos falantes como “*prefácio*”, com determinadas características que os distinguem de outro género.

verificam-se diferenças notórias, por exemplo, relativamente aos prefácios assinados pelos autores das obras e ainda nos casos analisados, que se podem assinalar através da simples presença de citação antes do corpo do texto (*Introdução Básica à Linguística do Português*) ou ausência desta (*Moderna Gramática Portuguesa* e *Gramática da Língua Portuguesa*).

A autoria merecia ainda um espaço de reflexão mais prolongado. A assinatura do prefácio com referência a um estatuto ou instituição de ensino aparece não só num prefácio do autor da obra como também num prefácio com um autor convidado. A responsabilidade enunciativa que é atribuída ao autor do prefácio ganha aqui mais peso com a referência à posição em que este se coloca e às entidades reconhecidas em que se move (contexto que influencia o conteúdo do texto; no caso do primeiro prefácio em análise, a indicação, depois do nome da autora, de “*Professora Auxiliar*” e “*Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*” acarreta implicações no que diz respeito ao contexto de produção do prefácio (papel social que o produtor do texto desempenha), bem como a referência ao contexto físico (lugar social), na *Introdução Básica à Linguística do Português*, “*Universidade de Regensburg*” e “*Universidade de Rostock*”).

A oscilação que se verifica na análise efetuada permite apenas constituir um conjunto mínimo de previsibilidades e aquelas que foram detetadas podem efetivamente não ser suficientes para identificar o género a que se associam. Em rigor, uma consideração desse tipo exigiria um estudo mais aprofundado e uma comparação com outros objetos, pois a intenção comunicativa e os fatores inscritos na superfície textual, pelo menos os analisados aqui, não são suficientes para determinar se estamos ou não perante determinado género. De notar que pode ainda ocorrer uma *ficcionalização do género*¹⁰¹, e neste contexto as previsibilidades estabelecidas para um modelo prototípico poderiam nem sequer estar presentes.

Neste contexto, basear a revisão em indícios textuais pode num primeiro momento ajudar o revisor, na medida em que prevê determinados parâmetros (apresentação de uma obra e respetiva caracterização, autor implicado, frases longas, mecanismos de coesão do tipo anafórico, organização com recurso a conjunção/conectores, itens lexicais relativos à obra em que o prefácio se insere – autores, título, partes que a constituem, ...) e procura identificá-los no texto em questão para corroborar o género em causa, podendo proceder

¹⁰¹ Terminologia de Miranda (2010).

a alguns ajustes se necessário. No entanto, estes indícios podem ser subvertidos, como já referido, e o facto de surgir no texto um autor que não se implica a si mesmo e que se conjuga com frases curtas não significa que o género em questão não seja um prefácio mas antes que o texto através do qual este se realiza é um objeto complexo que não se define apenas por um conjunto de formas isoladas ou pré-estabelecidas, contempla, além de traços comuns com outros textos, também traços específicos que o individualizam.

Em contrapartida, outros géneros podem incorporar os parâmetros aqui apontados e não serem catalogados de “*prefácio*”. Como se pode então assumir que determinado texto realiza um prefácio? Não será certamente pela anteposição relativamente à obra em si critério suficiente, pois aí surge também o problema da *Introdução*, *Nota Prévia*, *Síntese Introdutória*... E os casos de pré-textos que não são catalogados numa obra, como é possível colocar-lhes um rótulo se os parâmetros que os constituem podem ser comuns a vários géneros?

É no entanto de salientar que a análise aqui traçada permitiu identificar um conjunto de ocorrências comuns aos vários textos sob a designação deste género. Apesar da oscilação que se verifica, é possível em rigor reunir alguns mecanismos e orientar assim um trabalho de revisão, ainda que nos casos mais prototípicos. A análise dos vários objetos potencia a existência de uma possível ferramenta de trabalho que congregue em si as previsibilidades reunidas e ajude o revisor na identificação de determinado género. Ainda que não seja exaustiva, esta análise traz consigo benefícios do ponto de vista da caracterização do género, pois permite descrever, ainda que considerando sempre um modelo estereotipado, regularidades conferindo assim ao revisor uma margem de ação sobre o objeto, no sentido de preservar e garantir a articulação dessas regularidades ou alertar o autor para casos mais desviantes (por exemplo, apagamento de marcas de responsabilidade enunciativa quando neste contexto é esperada a sua ocorrência segundo a análise).